

ENCARANDO UM MUNDO DESIGUAL

FACING AN UNEQUAL WORLD

Michael Burawoy^a

Tradução de José Guirado Neto^b

Resumo Para enfrentar um mundo desigual, somos obrigados a interpretá-lo e explicá-lo, mas também a engajar-nos, isto é, a reconhecer que fazemos parte e somos parcialmente responsáveis por ele. Em outras palavras, a desigualdade não é apenas algo externo a nós, mas algo que invade nosso próprio mundo. Nessa medida, eu começo examinando a comunidade global da Sociologia por intermédio da lente da desigualdade. Considero duas perspectivas recentes sobre nosso mundo desigual que vêm de fora da Sociologia: o radicalismo moral do papa Francisco, que enfatiza a exclusão da sociedade de mercado, e a pesquisa inovadora do economista Thomas Piketty, que enfatiza a inclusão desigual na sociedade de mercado. Essas duas faces da desigualdade global espelham os movimentos sociais que reverberaram a partir da crise econômica de 2008, mas que têm suas raízes em uma reação a uma ampla onda de mercantilização, a terceira a acometer o capitalismo moderno. Para explorar o significado da terceira onda de mercantilização, também conhecida como neoliberalismo, e dos movimentos sociais que ela provoca, inspiro-me em dois conceitos de Karl Polanyi – “mercadorias fictícias” e “contramovimento” –, bem como em uma teoria da dinâmica do capitalismo. Concluo com três desafios para uma Sociologia Global focada nos movimentos sociais: elaborar uma teoria que dialogue com experiências globais diversas da mercantilização; desenvolver uma metodologia que reconhece que somos inevitavelmente participantes do mundo que estudamos; e desenvolver uma política que defenda uma visão particular desse mundo; visão que definiu a tradição sociológica desde seu início, ou seja, que defenda a centralidade da sociedade civil contra a expansão desmedida do mercado e do Estado.

Palavras-chave globalização; desigualdade; mercados; movimentos sociais; Sociologia.

a Professor de Sociologia da Universidade da Califórnia, Berkeley, e associado do Society, Work and Development Institute, da Universidade de Witwatersrand, África do Sul. Foi presidente da International Sociological Association (ISA), no período de 2010 a 2014.

b Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo (PPGS-USP).

Abstract *To face an unequal world requires us to interpret and explain it, to be sure, but also to engage it, that is, to recognize that we are part of it and that we are partly responsible for it. In other words, inequality is not just something external to us, but also invades our own world. I begin, therefore, by examining the global community of Sociology through the lens of inequality. I then consider two recent perspectives on our unequal world from outside Sociology: the moral radicalism of Pope Francis that emphasizes exclusion from market society, and the innovative research of the economist Thomas Piketty that emphasizes unequal inclusion in market society. These two faces of global inequality mirror the social movements reverberating from the economic crisis of 2008 but which have their roots in a reaction to a broader wave of marketization, the third to engulf modern capitalism. To explore the meaning of third-wave marketization, otherwise known as neoliberalism, and the social movements it provokes I draw on two concepts from Karl Polanyi – “fictitious commodities” and “countermovement” – as well as a theory of the dynamics of capitalism. I conclude with three challenges facing a Global Sociology that centers social movements: to develop a theory that speaks to the globally diverse experiences of commodification; to develop a methodology that recognizes that we are unavoidably participants in the world we study; and to develop a politics that defends a particular vision of that world, a vision that has defined the sociological tradition from its beginning, namely one that upholds the centrality of civil society against the over-extension of market and state.*

Keywords *globalization; inequality; markets; social movements; Sociology.*

Mais de seis mil sociólogos se reuniram em Yokohama para discutir as múltiplas dimensões, fontes e consequências da desigualdade¹ – um dos temas que definem a própria Sociologia. No entanto, a desigualdade nunca é somente um mero objeto de estudo, ela também está sempre em exposição. Invade nossas vidas enquanto estudiosos e professores. Além disso, quanto mais global a Sociologia se torna, mais palpável a hierarquia e a exclusão em nosso meio.

1 Este discurso foi proferido no XVIII Congresso Mundial de Sociologia da International Sociological Association (ISA), ocorrido em Yokohama, Japão, entre 13 e 19 julho de 2014. O tema do evento foi “Enfrentando um mundo desigual: desafios para uma Sociologia Global”, foco dos plenários e sessões das cinquenta e cinco Comissões de Pesquisa. A amplitude do debate é refletida nos cinco livros escolhidos pelos autores das sessões dos encontros críticos: *The killing fields of inequality*, de Göran Therborn; *Tools of justice: non-discrimination and the Indian Constitution*, de Kalpana Kannabiran; *Life as politics: how ordinary people change the Middle East*, de Asef Bayat; *Para descolonizar o Ocidente [For the decolonization of the occident]*, de Boaventura de Sousa Santos; e *Framed by gender: how gender inequality persists in the modern world*, de Cecilia Ridgeway.

Tome como exemplo a própria International Sociological Association. A Figura 1 demonstra o número de inscritos nos Congressos e Fóruns e o crescimento a cada reunião. Desde seu nascimento, ao longo dos últimos sessenta e cinco anos, a ISA se tornou cada vez mais internacional, tanto em filiação como em reputação. No World Congress, em 2014, cento e três países foram representados. Utilizando a classificação do Banco Mundial de rendimento nacional bruto *per capita*, nós dividimos os países em categorias: A (alto rendimento), B (renda média) e C (baixa renda). De acordo com essa classificação, descobrimos que os participantes em Yokohama eram quarenta e três de países A, trinta e quatro de países B e quarenta e três de países C; no entanto, 71% dos participantes eram de países A, 19% de países B e 10% de países C. Isso mapeia o desenvolvimento desigual da Sociologia em todo o planeta, refletindo um campo global desigual da educação superior, que, por sua vez, está ligado a níveis persistentemente desiguais de desenvolvimento econômico². Menos visíveis, mundialmente falando, mas não menos importantes, são as desigualdades dentro dos próprios países – entre elites cosmopolitas que têm recursos para viagens internacionais e sociólogos orientados localmente com muito menos recursos. Não importa de onde eles são, aqueles capazes de participar do Congresso já se constituem como uma camada privilegiada.

Voltando-se para os membros individuais da ISA, constatamos que 65% são de países A, 22% de países B e 13% de países C – novamente, algo bastante discrepante, apesar de as taxas de adesão serem bem mais baixas para países B e C. Não obstante, os dados da Figura 2 mostram uma pequena, mas contínua, queda na proporção de membros de países A: de 74%, em 2002, para 65%, em 2014. A Figura 3 mostra o mesmo progresso na filiação de Associações Nacionais. Ficou no passado o período em que a ISA era um clube de algumas centenas de membros da Europa, dos EUA e de alguns membros do bloco soviético.

2 Marginson e Ordorika (2011) compilaram uma prova impressionante de dominação dos EUA no campo global de investigação e no ensino superior. Dentre a enorme quantidade de financiamentos dedicados ao ensino superior, os EUA gastam sete vezes mais que o Japão – o segundo que mais gasta na lista (359,9 bilhões de dólares americanos, em comparação com os 51,1 bilhões de dólares). Em termos de produção de pesquisa, o abismo entre os EUA e o resto do mundo é impressionante. Em 2001, cientistas e cientistas sociais publicaram 200.870 artigos em importantes revistas, seguidos pelo Japão, com 57.420, o Reino Unido, com 47.660, a Alemanha, 43.623, a França, com 31.317, e a China, com 20.978. Quando se trata do número de “pesquisadores altamente citados”, os EUA têm 3.835, mais de oito vezes que o segundo país no *ranking*, o Reino Unido. Os EUA produziram menos de um terço dos artigos científicos do mundo, em 2001, mas contaram com 44% das citações – ainda que, obviamente, essa não seja apenas uma questão de prestígio, mas uma tendência dos estudiosos norte-americanos em citar uns aos outros. Esses números se baseiam em suposições arbitrárias, mas que são, no entanto, chave para a definição da área científica – a distribuição de recompensas, as formas de reconhecimento, as regras da concorrência e os marcos das disputas.

À medida que incluímos mais sociólogos de diferentes países, também nos tornamos mais heterogêneos e conscientes de nossas próprias desigualdades internas. Em 2014, o Comitê Executivo, ou seja, os líderes eleitos na Associação, incluía treze (62%) de países do bloco A, cinco (24%) de países do B e três (14%) de países do C, o que correspondia à composição aproximada dos membros. No entanto, em 2014, quarenta e oito presidentes dos Comitês de Pesquisa – o coração da ISA – eram de países A (treze da América do Norte, vinte e cinco da Europa e os dez restantes de outras localidades), em comparação com sete de países B e um de país C³. Essa é uma representação bem mais enviesada, que novamente reflete a concentração de recursos de pesquisa no Norte. Se fôssemos utilizar a nacionalidade dos doutorados como parâmetro, em vez do país de residência, obteríamos uma distribuição ainda mais desigual.

Ao longo dos anos, a ISA tem feito esforços para atrair sociólogos de países sub-representados, a partir de uma escala móvel de taxas de adesão e de registro com base no país de residência, com concessões expressivas para os alunos também. No início, o inglês e o francês eram as línguas oficiais da ISA, mas, após protestos, no primeiro Congresso na América Latina (Cidade do México, em 1982), o espanhol se tornou a terceira língua – ainda que só oito anos mais tarde, no Congresso de Madrid (PLATT, 1998, p. 37). Mesmo assim, o inglês domina os procedimentos, e os periódicos oficiais são em inglês, o que confere uma vantagem para falantes nativos do idioma. Em virtude de ser a segunda língua mais popular, o inglês se tornou a língua franca mais utilizada.

Nos últimos anos, a ISA tem criado uma série de ambientes digitais que visam tornar a Sociologia acessível para sociólogos em qualquer lugar, sem que tenham que viajar para encontros caros ao redor do mundo. A intenção foi construir uma comunidade virtual global por intermédio de *blogs*, como aqueles sobre crises universitárias; plataformas digitais, vinculadas à justiça social e à democratização; entrevistas em vídeo com sociólogos proeminentes; seminários internacionais, como os sobre Sociologia Pública e Sociologia Global; um *site* para publicar resumos de teses de doutoramento; a *Global Dialogue*, a revista da ISA, publicada quatro vezes por ano, em quatorze idiomas, bem como a *Sociopedia.isa*, a enciclopédia

3 Com relação ao gênero, o Comitê Executivo de 2014-2018 tem quinze mulheres e seis homens, e a distribuição dos presidentes de comitês de pesquisa é de vinte e oito homens e vinte e sete mulheres. Em Yokohama, 52% dos inscritos eram mulheres. Entre os contingentes nacionais com mais de cem inscritos, a proporção de mulheres variou entre um mínimo de 41%, para os Países Baixos e a China, 44% para o Japão, 46% para a Índia, e teve uma alta de 61% para o Brasil e 63% para a Rússia e a Austrália. Portanto, a distribuição global de gênero no Congresso da ISA tornou-se bastante igual, mas isso esconde um desequilíbrio entre os sexos não insignificante dentro dos países.

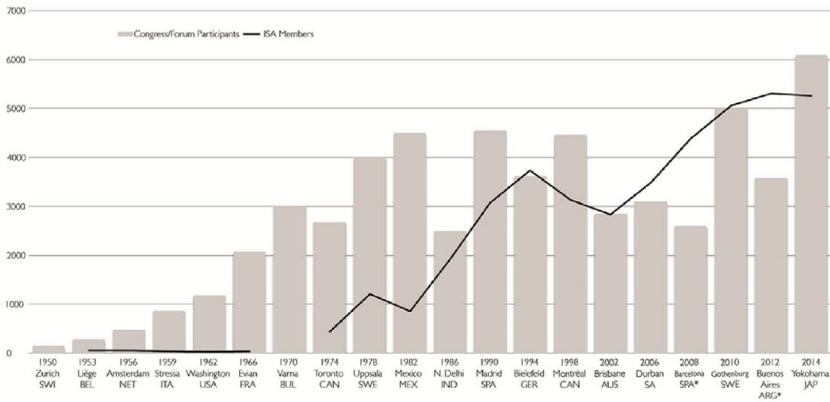


Figura 1. Adesão individual à ISA e participantes de Congressos/Fórum 1950-2014. Fonte: Secretaria da ISA em Madrid. *indica Fórum em vez de Congresso.

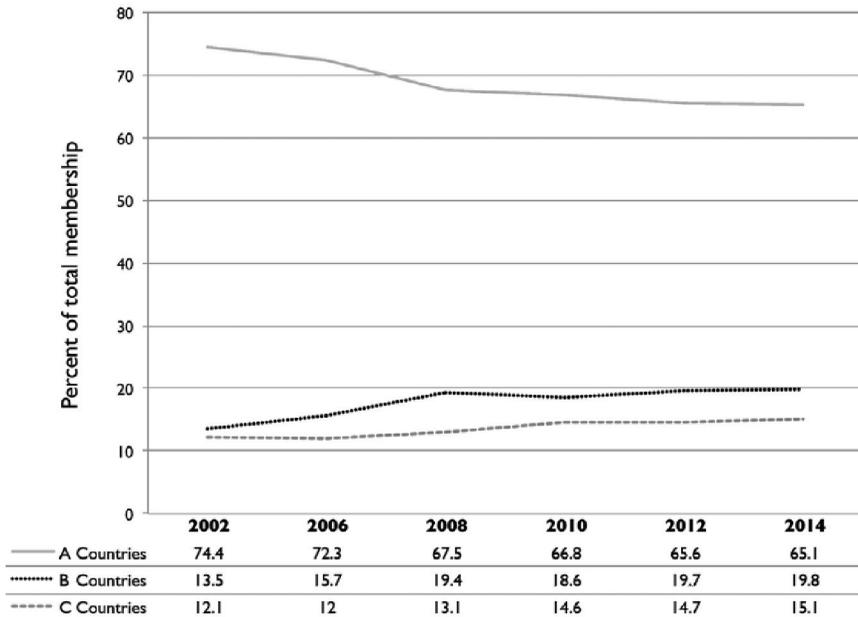


Figura 2. Distribuição de membros da ISA de diferentes países por ano. Fonte: Secretaria da ISA em Madrid.

internacional da ISA, e os artigos *on-line* da *eSymposium*. Juntas, essas são tentativas de construir uma comunidade mais ampla, mas que, na realidade, ainda faz pouco para reverter as desigualdades que invadem nossa associação.

Resumindo as tendências descritas, podemos discernir duas faces da desigualdade que afligem a ISA. Por um lado, como nós nos tornamos mais inclusivos, também nos tornamos mais conscientes daqueles que ficaram de fora. A rejeição do modelo elitista anterior e a abertura da ISA a todos os sociólogos do mundo

tornaram a *exclusão* um tema de preocupação e de debate mais acentuado⁴. Uma maior inclusão também nos tornou mais (e não menos) cientes das hierarquias que continuam a existir e, quiçá, se exacerbaram *no interior* da organização. Essas forças gêmeas de exclusão e inclusão desigual formam o microcosmo da desigualdade em âmbito global. Como argumentarei, elas têm de ser estudadas em sua inter-relação dinâmica – o círculo vicioso por meio do qual a exclusão promove a inclusão desigual, que, por sua vez, leva a uma exclusão subsequente.

Representando essas duas perspectivas divergentes sobre a desigualdade, começo por analisar elaborações recentes do Papa Francisco e do economista Thomas Piketty. Ao romper com o conservadorismo herdado do pensamento eclesiástico e do econômico, as perspectivas de ambos não emergiram do nada. Refletem a onda de protestos que se seguiram na esteira da crise econômica de 2008. Portanto, para compreender as fontes dos dois tipos de desigualdades em pauta, é necessário aprofundar o significado desses movimentos sociais. Minha hipótese é a de que podem ser mais bem exploradas com a ajuda da teoria das mercadorias fictícias, de Karl Polanyi (2001 [1944]), sua análise do fundamentalismo de mercado e sua ideia de contramovimento. Ao reconstruir sua obra canônica, *A grande transformação*, chamo atenção para a ausência de uma teoria da dinâmica do capitalismo – uma teoria capaz de explicar o fluxo e o refluxo de mercantilização, que é a força motriz por trás dos movimentos. Concluo ligando a reconstrução d'*A grande transformação* a três desafios enfrentados pela Sociologia mundial: ser uma Sociologia *do* mundo, mas, ao mesmo tempo, ser uma Sociologia *no* mundo e *para* o mundo.

DO PAPA FRANCISCO A THOMAS PIKETTY

Durante os últimos quatro anos, o tema da desigualdade tem alcançado um surpreendente destaque no debate público e, muitas vezes, de lugares mais inesperados. Dessa forma, o Papa Francisco – eleito em março de 2013 como o primeiro papa jesuíta, o primeiro papa da Argentina e, de fato, o primeiro papa do

4 No XVIII Congresso em Yokohama, seis ex-presidentes da ISA – Margaret Archer (*in absentia*), T. K. Oommen, Immanuel Wallerstein, Alberto Martinelli, Piotr Sztompka e Michel Wieviorka – reuniram-se para avaliar os primeiros sessenta e cinco anos da ISA e seu futuro. Os ex-presidentes olharam para a inclusão de um número cada vez maior de sociólogos de diferentes partes do mundo como uma faca de dois gumes: alguns eram nostálgicos dos dias em que a ISA era um clube de elite de cientistas de renome, enquanto outros lamentavam a falha de uma internacionalização incompleta. Como a inclusão aumentou, presidentes tiveram de assumir o desafio de reconhecer diferentes idiomas – cada vez mais difícil, à luz do crescente uso do Inglês como língua franca. Os seis artigos estão publicados na *Global Dialogue* (2014, v. 4, p. 4).

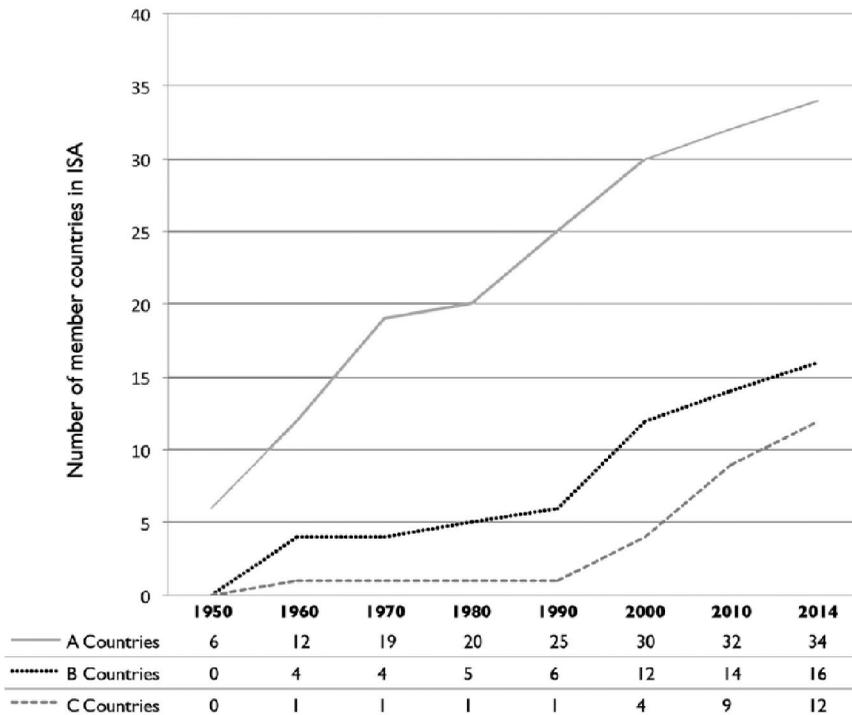


Figura 3. Crescimento das Associações Nacionais na ISA. Fonte: Secretaria da ISA em Madrid.

Sul Global – tem vigorosamente condenando a desigualdade. Seis meses após sua eleição, ele entregou sua primeira Exortação Apostólica (FRANCIS, 2013, p. 52-75), que incluiu as seguintes teses sobre a desigualdade:

I. Não a uma economia de desigualdade e exclusão. Assim como o mandamento “Não matarás” define um limite claro para salvaguardar o valor da vida humana, hoje também temos de dizer “Não” para uma economia de exclusão e desigualdade. Tal economia mata. Como é possível não se tornar notícia o fato de uma pessoa de rua idosa morrer por falta de assistência, mas sim o de que o mercado de ações perdeu dois pontos? Esse é um caso de exclusão. Podemos continuar parados quando o alimento é jogado fora, enquanto as pessoas estão morrendo de fome? Esse é um caso da desigualdade. Hoje, tudo vem sob as leis da concorrência e da sobrevivência do mais forte, em que o poderoso se nutre do impotente. Como consequência, massas de pessoas encontram-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem possibilidades, sem quaisquer meios de fuga. [...] Os excluídos não são os “explorados”, mas os marginalizados, as “sobras”.

II. Não à teoria econômica do “antes crescer o bolo para depois reparti-lo”. Algumas pessoas continuam a defender teorias *trickle-down*, que pressupõem

que o crescimento econômico, estimulado por um mercado livre, vai inevitavelmente ter sucesso na obtenção de uma maior justiça e inclusão no mundo. Essa opinião, que nunca foi confirmada pelos fatos, expressa uma confiança brutal e ingênua na bondade das pessoas que exercem o poder econômico e no funcionamento sacralizado do sistema econômico vigente.

III. Não à nova idolatria do dinheiro. Uma das causas dessa situação é encontrada em nossa relação com o dinheiro, já que calmamente aceitamos o seu domínio sobre nós mesmos e nossas sociedades. [...] Nós criamos novos ídolos. A adoração ao bezerro de ouro antigo voltou em um novo e cruel disfarce na idolatria do dinheiro e da ditadura de uma economia impessoal que carece de um propósito verdadeiramente humano.

IV. Não à tirania do lucro. Enquanto os lucros de uma minoria estão crescendo exponencialmente, também cresce a distância que separa a maioria da prosperidade desfrutada por poucos felizardos. [...] Uma nova tirania é assim criada, muitas vezes invisível e virtual, que unilateralmente e implacavelmente impõe suas próprias leis e regras. [...] Neste sistema, que tende a devorar o que fica no caminho dos lucros cada vez maiores, tudo que é frágil, como o meio ambiente, que se torna indefeso diante dos interesses de um mercado divinizado, que é, por sua vez, a única regra.

V. Não à desigualdade que gera violência. Hoje, em muitos lugares, ouvimos um apelo por maior segurança. No entanto, até que a exclusão e a desigualdade na sociedade e entre os povos sejam revertidas, será impossível eliminar a violência. [...] Quando uma sociedade – seja ela local, nacional ou global – está disposta a deixar parte de si mesma excluída, nenhum programa ou recurso político gasto em aplicação da lei ou em sistemas de vigilância pode indefinidamente garantir a tranquilidade. Isso não se dá apenas devido ao fato de a desigualdade provocar uma reação violenta por parte das pessoas excluídas do sistema, mas porque o sistema socioeconômico é injusto em sua raiz.

VI. Não ao sistema financeiro que governa melhor do que serve. Encorajo peritos financeiros e líderes políticos a ponderar as palavras de um dos sábios da antiguidade: “Não compartilhar sua riqueza com os pobres é roubá-los e tirar seu sustento. Não são nossos próprios bens que mantemos, mas o deles”. Uma reforma financeira receptiva a tais considerações éticas exigiria uma mudança

vigorosa de abordagem por parte dos líderes políticos. [...] O dinheiro deve servir, não governar!

Esse é um programa radical condizente com os primeiros escritos de Marx e inspirado, sem dúvida, na teologia da libertação. Entre as duas dimensões da desigualdade – exclusão e inclusão desigual –, o papa claramente foca na primeira. A “Tese I” tem seu foco direcionado à exclusão, que é ignorada pela economia convencional (Tese II), enraizada no culto ao mercado (Tese III), impulsionada pelo lucro (Tese IV), o que resulta em violência (Tese V), mas também clamando pelo repúdio à espoliação (Tese VI). O papa distingue, expressamente, excluídos e explorados, e ainda, é claro, que eles estejam intimamente ligados. Uma expansão da reserva de trabalho excedente móvel intensifica a inclusão desigual, erodindo a capacidade dos explorados de contestar sua exploração.

Essa crítica à exclusão é própria do Sul Global, mesmo que seja cada vez mais uma realidade no Norte, com a guetização das minorias raciais e a precariedade que avança ao longo da hierarquia socioeconômica⁵. Para uma acusação não menos devastadora, dessa vez da segunda face da desigualdade – inclusão desigual –, voltamos para outra fonte improvável. A maioria dos economistas não se preocupa com a desigualdade que surge como refluxo da “produtividade marginal” ou do investimento em capital humano – resultado supostamente justo e inevitável do crescimento econômico. Não obstante, hoje, uma nova geração de economistas heterodoxos vem à tona, incluindo James Galbraith (2012) e os vencedores do Prêmio Nobel, Joseph Stiglitz (2012) e Amartya Sen (1995), apontando para mercados indomáveis como sendo a causa da incapacitante e crescente desigualdade. Em 2014, no entanto, um jovem economista francês, Thomas Piketty, roubou os holofotes dos estadistas seniores, com seu livro de grande sucesso, *O capital no século XXI*. É curioso um livro de seiscentas páginas, um pouco tedioso, ter capturado a imaginação não só do mundo acadêmico, mas também do mundo dos negócios e da política.

Piketty e seus colaboradores coletaram massivos conjuntos de dados originais, documentando dois séculos e meio de renda e desigualdade de riqueza em uma variedade de países, não apenas nos EUA e na Europa, mas também em várias das maiores economias em desenvolvimento. Os dados mostram que o período entre

5 Klaus Dörre (2010; 2012) descreveu como a dialética da exclusão e da inclusão desigual assume uma forma específica sob o capitalismo financeiro, por meio do que ele chama “*Landnahme*” ou, pode-se dizer, “espoliação”, que leva a níveis cada vez maiores de acumulação de capital, por um lado, e crescente precarização – o que ele chama exploração secundária, por outro lado. Para um argumento semelhante, consultar David Harvey (2006).

os anos 1930 e 1970 foi uma aberração na desigualdade (que declinava), provocada por guerras e crise econômica, e que nas últimas décadas a desigualdade retomou sua trajetória ascendente do século XIX, não mostrando qualquer sinal de reversão. Ele chama tal fato de retorno ao capitalismo patrimonial do passado, com base na herança relativamente irrestrita de privilégio e riqueza. Essas alegações desafiam os pressupostos fundamentais da economia neoclássica e, com efeito, invocam novas teorias sobre o capitalismo. A análise de Piketty, todavia, limita-se a uma dimensão da desigualdade – a inclusão desigual dentro do capitalismo. A natureza dos dados retirados de registros fiscais, sua preocupação com os efeitos endógenos do mercado e, principalmente, o foco em países ricos levam-no a limitar sua análise aos diferencialmente e aos ainda mais diferencialmente incluídos em vez dos excluídos.

A desigualdade era, antes, um tema exclusivo da Sociologia, mas o papa e os novos economistas roubaram nosso trovão, atuando em nosso próprio terreno. No entanto, eles não têm respostas reais para os problemas que apontam: o papa apela para uma nova ética, amor e empatia, mas até agora – e não por falta de tentativas – não conseguiu fazer muito sobre a existência e o encobrimento de abuso sexual ou sobre posições conservadoras da Igreja acerca de questões de homoafetividade, contracepção, divórcio e aborto. Radical sobre questões econômicas, ele encontrou dificuldades em fazer progresso em matérias sociais. No entanto, como argumentarei, é precisamente a partir da esfera social que os desafios à desigualdade, seja a inclusão desigual ou a exclusão, irão aparecer. Piketty, por outro lado, oferece soluções que giram em torno de tributar os ricos e super-ricos. Mas de onde surgirá a vontade política para tal tributação ser colocada em prática? Ele não possui qualquer teoria política, nenhuma teoria do Estado, dos movimentos sociais, da cultura e, acima de tudo, nenhuma teoria do capitalismo. Ele tem uma fórmula para o aumento da desigualdade, mas os fatores por trás de tais variáveis (taxas de retorno sobre o capital e o crescimento econômico) são deixados sem explicação. Assim, ele se movimenta entre um indeterminismo radical – “tudo é possível” – e um empirismo radical que supõe que o mundo continuará do mesmo jeito.

Nós somos sociólogos. Nós não começamos com uma exortação moral nem terminamos com crenças *deus ex machina*, mas nos preocupamos com o movimento real de pessoas reais em relações reais e como elas vivem suas vidas reais. De onde o papa abstraiu suas teses sobre a desigualdade se não a partir dos movimentos sociais do povo argentino? Piketty, por sua vez, começa seu livro com os mineiros de Marikana, na África do Sul, em greve, mas ele poderia muito bem ter começado com o *Occupy Wall Street* ou com os *Indignados*. Piketty, rapidamente, perde de vista os mineiros de Marikana no emaranhado de dados

econômicos. Tanto o papa como Piketty são refrações religiosas e acadêmicas dos novos movimentos sociais que influenciaram a crescente preocupação pública com a desigualdade. Devemos, portanto, voltarmo-nos para os próprios movimentos.

UMA ONDA DE MOVIMENTOS SOCIAIS, 2010-2014⁶

Muitos esperavam que a coincidência da eleição de Barack Obama com a crise financeira de 2008 pudesse restaurar um capitalismo organizado, capaz de regular os bancos e redistribuir riqueza. Longe disso. O novo governo consolidou o poder global do capital financeiro, enquanto os tremores secundários da crise repercutiram em todos os continentes, dando origem a uma trajetória de protestos de 2010 até 2013. Vou seguir nessa direção, começando com a autoimolação de Mohammed Bouazizi, em 17 de dezembro de 2010.

Bouazizi não foi o primeiro tunisino a imolar-se; então, por que ele desencadeou um movimento que no período de um mês iria derrubar a ditadura de vinte e três anos de Ben Ali? Bouazizi veio de Sidi Bouzid, uma pequena cidade da região central da Tunísia, cheia de queixas de agricultores expropriados de suas terras pelo agronegócio, dos empregados das minas de fosfato substituídos por migrantes e de pessoas com ensino superior desempregadas. Bouazizi cristalizou o descontentamento e tornou-se o catalisador dos protestos que se espalharam pela Tunísia, até o norte mais rico, onde os profissionais de classe média e setores sindicais inflamaram a sociedade civil. O presidente Ben Ali tinha sido o queridinho do Ocidente, não só porque conteve a maré islâmica na baía, mas também porque ele tinha seguido impiedosamente o modelo neoliberal, que combinou austeridade com concessões econômicas a um círculo estreito de beneficiários em torno de sua própria família. Cada vez mais, as classes médias foram afastadas da generosidade da ditadura, galvanizando sua participação no intumescido movimento. Aqui, novamente, notamos o imbricamento entre as queixas decorrentes do aprofundamento da exclusão com a crescente inclusão desigual.

A Revolução Tunisiana inspirou a revolução de 25 de janeiro no Egito, e, três semanas mais tarde, o presidente que governava fazia trinta anos, Hosni Mubarak, foi derrubado. Aqui também houve protestos de rua anteriores realizados por trabalhadores e jovens, descontentes com as políticas econômicas, antes da inspiração

6 Ao mapear a onda de movimentos sociais, a base são minhas observações, entrevistas e a literatura emergente que liga os movimentos ao capitalismo. Consultar: Pleyers (2010), Castells (2012), Benski et al. (2013), Mason (2013), Hanieh (2013), Bayat (2013), Hetland; Goodwin (2013), Cox; Nilsen (2014) e Fominaya (2014).

tunisiana. Amontoadas na Praça Tahrir, as pessoas descobriram um novo sentido em seu próprio poder, que não iria se dissipar. As revoluções árabes cultivaram poderosas forças de oposição na Líbia, no Iêmen, no Bahrein e, é claro, na Síria; mas elas foram alimentadas pelo desemprego e pela exclusão provocados por políticas econômicas neoliberais (HANIEH, 2013). Mais adiante, em 11 de março de 2011, um dos maiores terremotos registrados, um dos mais mortais desastres ambientais na história recente, atingiu o Japão. Estima-se que 18.500 morreram, incluindo 2.600 desaparecidos. A maioria das vítimas foi morta pelo tsunami, que também causou o colapso catastrófico da usina nuclear de Fukushima. O tsunami em si e, em seguida, o acidente nuclear forçaram um reassentamento em massa, deslocando cerca de 380.000 pessoas. O Japão era o terceiro maior consumidor de energia nuclear (atrás de EUA e França). Desconsiderando a história de oposição popular à energia nuclear, o dominante Partido Liberal Democrático (LDP) expandiu o número de plantas, especialmente em comunidades pobres, atraídas por fortes incentivos econômicos. Até o partido de oposição, Partido Democrático do Japão, quando assumiu o poder em 2009, planejava expandir a dependência de energia nuclear, a fim de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O desastre de Fukushima detonou um enorme movimento antinuclear, indignado com a negligência criminoso do governo e sua relação bastante acolhedora com a indústria nuclear, que ditou os termos para sua própria lucratividade. Apesar do crescente movimento que poderia trazer à tona até duzentos mil manifestantes de uma só vez, o PDL, que retornou ao poder em 2012, comprometeu-se a expandir a energia nuclear e religar as plantas cujas operações tinham sido suspensas⁷.

Enquanto isso, uma variedade de movimentos ambientalistas capturou o imaginário público em todo o planeta, muitos deles instigados pela expropriação de terras ou degradação – que excluiu mais do que os incluiu. Na Índia, protestos paralisaram as expropriações de terra decorrentes das Zonas Econômicas Especiais (LEVIEN, 2013); na China, houve protestos contra o envolvimento do governo local na especulação imobiliária e no roubo fundiário (CHUANG, 2014); na Palestina, houve protestos inovadores e de alto risco contra o alargamento dos assentamentos israelitas; em toda a América Latina, tem havido protestos contra consórcios internacionais de mineração que promoveram deslocamentos populacionais e destruíram mananciais; nos Estados Unidos e no Canadá, estão crescendo os protestos contra a extração de petróleo por meio da estimulação hidráulica. As

7 Koichi Hasegawa (2014) contrasta a obstinação do governo japonês com reversão do governo alemão de suas políticas nucleares, respondendo ao protesto popular massivo, na esteira do desastre de Fukushima.

alterações climáticas inspiraram protestos em todo o mundo, embora os países sejam diferencialmente afetados pelo aquecimento global, tornando-os ainda mais urgentes em alguns lugares do que em outros. Embora eles sejam difíceis de serem organizados e coordenados, há um crescente sentimento popular em relações à natureza que, em longo prazo, vai determinar a sobrevivência do planeta, não obstante a fronteira cada vez mais tênue que separa o protegido do vulnerável.

O Movimento dos Indignados, que começou em Portugal, recebeu seu batismo na Espanha como Movimento 15 de Maio (15-M). Após a crise econômica de 2008, a economia espanhola entrou em queda-livre e a austeridade foi imposta a pedido da Troika – o Banco Central da Europa, o FMI e a Comissão Europeia. Isso repercutiu duramente e de modo particular na juventude, na medida em que eles se encontravam, ainda que muitas vezes qualificados, sem emprego seguro ou até mesmo desempregados. Sob o *slogan* “Democracia real agora” e “Não somos bens nas mãos de políticos e banqueiros”, eles encheram as praças das principais cidades e começaram a organizar um mundo alternativo. Movimentos semelhantes, com respostas similares à austeridade e à insegurança, surgiam em todo o Sul da Europa – na Itália, em Portugal e na Grécia, bem como na Espanha – cada um com uma complexidade nacional própria, refletindo contextos políticos distintos. A Grécia foi o país mais atingido pelas medidas de austeridade e onde o movimento se revelou mais militante, moldando a política nacional de maneira mais profunda do que na Espanha, Portugal ou mesmo na Itália.

Em agosto de 2011, o *locus* dos protestos mudou para a América Latina, e o movimento estudantil teve seu epicentro no Chile. Apesar de governos socialistas recentes, muitas das políticas neoliberais de Pinochet não foram revertidas. Mais espetacularmente, o Chile lidera o continente no que tange à privatização da educação. Protestos de estudantes universitários, exigindo retorno à educação pública e acesso gratuito para todos, tiveram suas origens na “Marcha dos Pinguins”, manifestações de âmbito nacional engendradas por estudantes do ensino médio, em 2006 – uma geração que agora já entrou na universidade. Manifestações estudantis na América Latina são regulares, mas no Chile elas angariaram apoio maciço e amplo das classes médias, sobrecarregadas com taxas exorbitantes na educação de seus filhos. Desde a Revolução de Córdoba, de 1918, mais do que em qualquer outro lugar do mundo, as universidades latino-americanas tiveram acesso ampliado, com taxas limitadas e gestão democrática. O Chile foi aquele que mais perto chegou de reverter esse padrão histórico, tornando a privatização uma questão política determinante na eleição de 2013. A partir das raízes chilenas, o movimento contra a privatização do ensino superior assumiu proporções globais,

com protestos alcançando manchetes de muitos países da América Latina e para além dela, incluindo Reino Unido, França e, sobretudo, Quebec, onde os alunos eram especialmente militantes.

Setembro de 2011 assistiu ao *Occupy Wall Street* decolar em Nova York, por meio de seu ataque público ao 1% – cada vez mais rico, cada vez mais afastado da sociedade, cada vez mais poderoso. O foco retórico do protesto eram os grandes bancos, que tinham feito uma esbórnica a partir das novas tecnologias de finanças e que, no entanto, eram “grandes demais para falir” e, assim, receberam um belo resgate da crise que eles próprios criaram, enquanto os indefesos absorveram os custos. O *Occupy* se espalhou pelos Estados Unidos e, na verdade, por todo o mundo, capitalizado por conexões com os Indignados, a Primavera Árabe e o movimento estudantil. Ele também foi impulsionado por uma nova geração de manifestantes, “Millennials”, muitas vezes carregando pesados empréstimos estudantis e ainda sem seguro-desemprego. Em 2013, ele esteve temporariamente inativo, tendo sofrido ataques coordenados de polícia militarizada, expulsando-os dos espaços públicos que haviam ocupado. Ainda assim, a chama do Movimento *Occupy* era difícil de extinguir, pois ele irrompeu em lugares inesperados, por exemplo, na Praça Taksim, de Istambul, onde manifestantes se reuniram para a defesa do Parque Gezi contra a especulação imobiliária patrocinada pelo governo. Enquanto escrevo, estamos testemunhando sua reencarnação em Hong Kong, onde jovens manifestantes atuam vigorosamente em defesa do governo democrático.

O movimento sindical está em retrocesso em todo o mundo, com as populações de migrantes excedentes competindo por empregos, enquanto os estados ajudam e estimulam o capital. As greves têm se voltado cada vez mais contra o trabalho e se tornado uma arma do capital, o *lock out*. Ainda assim, as lutas dos trabalhadores estão longe de ter desaparecido, especialmente no Sul Global. Em 2012, dramáticas greves de mineiros sul-africanos na mina de platina Lonmin, em Marikana, chamaram a atenção para as forças dispostas contra eles. Iniciada como greve por equidade salarial entre os operadores de perfuração de rocha, o irresponsável Sindicato Nacional dos Mineiros ficou de fora, enquanto as empresas de mineração colaboraram com o Estado para trazer forças de contenção – e a polícia matou a tiros trinta e quatro mineiros (ALEXANDER et al., 2013). Os ecos do *apartheid* e do massacre de Sharpeville, de 1960, repercutiu em toda a África do Sul, instigando uma onda de greves pelo país. O movimento sindical ainda é uma força potente, não só na África do Sul, mas também no Brasil, onde ele flexionou seus músculos nos protestos populares de junho de 2013. Ainda assim, esses episódios de conflitos trabalhistas em países semiperiféricos não negam

sua fraqueza mais ampla. Impossibilitados de exercer influência na produção, os trabalhadores têm procurado desenvolver novas formas organizacionais, tais como os centros comunitários de apoio aos trabalhadores pobres ou políticas simbólicas que constroem alianças na arena pública (AGARWALA, 2013; CHUN, 2009; MILKMAN; OTT, 2014; MILKMAN et al., 2010) ou os *piqueteros*, uma organização de trabalhadores desempregados na Argentina, que encontrou causa comum no movimento de fábricas recuperadas.

Ao lançar os olhos em direção aos últimos quatro anos, não se pode ignorar, igualmente, o surgimento de movimentos de direita; o mais proeminente é o Movimento Golden Dawn, na Grécia, mas também podem ser vistas expressões no fenômeno eleitoral do movimento político liderado por Beppe Grillo, na Itália. O ex-bloco soviético tem experimentado o aumento mais vigoroso dos movimentos conservadores. Lá, forças progressistas apoiam a expansão da democracia e, desvinculando-se do passado soviético, tendem a ser pró-mercado, enquanto os movimentos reacionários lideraram o ataque contra o mercado. O movimento Euro-Maidan, na Ucrânia, foi instigado pela recusa do governo pró-russo Yanukovich em assinar acordos com a União Europeia, em novembro de 2013. Os manifestantes se instalaram na Praça Maidan, de Kiev, e conseguiram a queda de Yanukovich, mas isso só levou à escalada das tensões geopolíticas, à invasão russa na Crimeia e à subversão do leste russófono da Ucrânia (ISHCHENKO, 2014). Embora a pobreza abunde e questões econômicas estejam em jogo, é difícil alegar que esses são os fatores que impulsionam os protestos, exceto no sentido de que as políticas feitas pelas elites estão sabotando o funcionamento do mercado.

Se 2011 foi o ano do “pontapé inicial em todos os lugares”, como Paul Mason (2013) aponta em seu livro *best-seller*, em 2014, o quadro era bastante diferente. No Oriente Médio, as contrarrevoluções dominam a cena política – do Egito a Israel, da Líbia à Síria. Sem raízes em públicos mais amplos e mediante a repulsa às instituições formais, os movimentos democráticos foram aniquilados pela repressão estatal, muitas vezes legitimados pelas políticas eleitorais de direita. Na América Latina, graças a um envolvimento mais profundo na vida cívica, os movimentos têm conseguido manter seu curso. Enquanto muitos movimentos sociais foram obrigados a recuar e seus ganhos foram revertidos, ainda assim deixaram sua marca na consciência popular e deram aos participantes e apoiadores um sentimento de eficácia coletiva compartilhada. Com suas diferentes articulações de exclusão e inclusão desigual, esses movimentos fornecem os ingredientes para compreender os contornos e limites da onda contemporânea de mercantilização.

REPERTÓRIOS COMPARTILHADOS

Será que esses movimentos representam uma onda global de protestos com um conjunto convergente de repertórios, engendrando uns aos outros em um complexo processo contagioso? Certamente, há diversas evidências de uma influência mútua: as revoltas árabes foram provocadas pela revolta tunisiana e, então, infectaram outros países; de modo análogo, o movimento dos Indignados se espalhou rapidamente por todo o Sul da Europa, bem como ajudou a desencadear o movimento *Occupy*, que, por sua vez, espalhou-se pelo mundo. Nessa mútua influência, as mídias sociais desempenharam papel crucial, embora devamos lembrar que ondas semelhantes de protestos existiram bem antes de tais tecnologias aparecerem – veja as revoluções de 1848 que se espalharam por toda a Europa ou os movimentos que levaram ao colapso do Império Soviético. Os movimentos sempre ofereceram “fantasias concretas” que inspiraram a imitação criativa.

Se esses movimentos estiveram globalmente conectados, foram seus panoramas nacionais que levaram às suas dinâmicas distintas. Eles podem compartilhar causas econômicas, mas suas expressões são moldadas pelas condições e estruturas das políticas nacionais. Isso é verificável tanto intrarregionalmente como inter-regionalmente: a Grécia não é a Espanha, que não é Portugal, assim como a Tunísia não é o Egito, que, por sua vez, não é a Líbia, mesmo que adotem objetivos bastante semelhantes dentro de cada região: o regime autoritário no contexto árabe, a Troika no Sul da Europa, a aliança entre o capital internacional e o Estado na América Latina.

No entanto, dentro desses movimentos conduzidos nacionalmente, mas globalmente conscientes, há uma política compartilhada, uma sensação de espoliação política, como Zygmunt Bauman (2000) indica, frente à separação entre a política popular e o poder. As potências econômicas, especialmente o capital financeiro, ditam os termos para os Estados, impossibilitando, assim, qualquer forma de política democrática. Na Tunísia, as forças do FMI, do Banco Mundial e do capital estrangeiro colaboraram com um Estado autoritário, a fim de privar as pessoas de qualquer papel político. Isso ocorreu com o Egito, onde militares controlam uma fração considerável da economia. Na África do Sul, o conluio entre Lonmin e o Estado foi notório. Onde quer que exista embrião da política democrática, a espoliação é intensificada pela diferença entre a aparência e a realidade: democrática em sua forma; capitalista em seu conteúdo.

Os movimentos sociais respondem criando novas formas de democracia direta ou participativa, que têm um foco geográfico bem concreto, geralmente o controle de algum espaço simbólico – a Praça Tahrir, no Cairo; a Praça Taksim, em

Istambul; o Zuccotti Park, em Nova York; a Praça da Catalunha, em Barcelona, etc. A mídia social pode ter criado um apoio pouco delineável, mas o coração desses movimentos reside nas assembleias que controlavam tais espaços urbanos. Ali, uma noção pré-figurativa teve prioridade, imaginando com o que a educação, a família, o bem-estar e o comércio bancário devam se parecer em um mundo “realmente” democrático. Essa democracia participativa adotou uma nova linguagem política de suspeita acerca da responsabilidade de todas as instituições e ideologias herdadas e até mesmo da própria liderança. Todas as hierarquias foram supostamente dissolvidas, e a energia foi canalizada para a “horizontalidade”, ao construir laços laterais, inclusive aqueles que extrapolaram a localidade e que se estenderam para além do Estado-Nação. Isso proporcionou grande flexibilidade aos movimentos, mas, por isso mesmo, tornou-os institucionalmente fracos.

A luta pelo controle do espaço urbano, muitas vezes, tornou-se violenta. A concentração em lugares singulares foi uma fonte de força, até o momento em que os movimentos foram tolerados pelos poderosos, mas se tornou uma fonte de vulnerabilidade quando aqueles foram colocados na defensiva⁸. Mesmo assim, a fluidez dos movimentos se manteve como trunfo importante. Usando a metáfora de Bauman, podemos dizer que esses movimentos tiveram um caráter líquido, hoje desaparecido, mas amanhã ressurgido em uma nova roupagem e em um novo local. Os movimentos, ao menos em seu início, ultrapassaram a verticalidade bastante desajeitada do Estado. No entanto, a repressão tem geralmente prevalecido, e os movimentos têm ficado ocultos, dispersos, talvez na iminência de reaparecer, talvez não. O que emergiu foi uma consciência diferente, uma noção de possibilidade diversa, uma crítica do existente como sendo não natural e tampouco inevitável e, com ela, uma nova política informal⁹.

PARA ALÉM DA TEORIA DO MOVIMENTO SOCIAL

Nossa interpretação dos movimentos sociais não pode se contentar com a apreciação de sua longevidade ou de seu poder transformador. Eles são uma ferra-

8 Luis Lev Grinberg (2014) argumentou que o foco sobre a ocupação de um espaço físico era tanto um sinal de fraqueza como de força, marcando a ausência de uma oposição vibrante da sociedade civil. Quando os movimentos foram expulsos de suas praças, eles não tinham para onde ir, e sua estratégia fracassou. Ele compara a abertura de espaços políticos no Chile e na Tunísia, onde a ocupação era menos importante, com a reconsolidação do antigo regime em Israel e Egito, onde a ocupação tinha sido fundamental para a política de protesto.

9 Veja, por exemplo (a ser publicada), a avaliação de Mona Abaza sobre o Cairo pós-revolucionário – a subversão do significado do espaço urbano, uma nova política de informalidade entre os vendedores de rua e uma cena artística florescente.

menta crítica para enfrentar um mundo desigual. Eles nos contam sobre o mundo, ao mesmo tempo em que o sentenciam, oferecendo esperança para melhorá-lo. Os movimentos sociais precisam estar no centro de uma nova Sociologia da crítica, em uma época em que a dominação é esmagadora e futuros alternativos são escassos (BOLTANSKI, 2011).

Os movimentos sociais não figuram de forma proeminente nas teorias de Durkheim ou Weber sobre a sociedade moderna. Tampouco, por exemplo, foi destacado de maneira especial pelo movimento socialista de seu tempo, embora cada um deles tenha tomado isso como um termômetro de seus tempos. Para Durkheim, os movimentos sociais eram sintomas de mazelas sociais, enquanto Weber viu neles a mobilização de sentimentos irracionais por parte de líderes carismáticos. Em contrapartida, Marx fez do movimento social – o movimento operário – um aspecto central em sua teoria da sociedade. O proletariado era sujeito e objeto da história, formado pela história, a fim de criar a história. É preciso destacar que o foco de Marx sobre o movimento dos trabalhadores refletiu as condições específicas do século XIX, na Europa.

A teoria da modernização da década de 1950 esprou as tradições weberianas e durkheimianas de patologizar a ação coletiva. Em resposta à crítica de que o estrutural-funcionalismo – a grande teoria desenvolvida por Talcott Parsons e seus companheiros – não tinha nenhuma teoria da mudança social, Neil Smelser (1959) desenvolveu uma teoria da ação coletiva como resposta irracional à diferenciação social. Sua crítica ao marxismo retratou o movimento da classe trabalhadora inglesa do século XIX como resposta à desorganização da produção familiar, decorrente da Revolução Industrial. Ele delineou o movimento fabril não em função da exploração, mas da diferenciação entre trabalho e família. Nessa linha, ele posteriormente criou uma teoria geral do “comportamento coletivo” (SMELSER, 1962).

Isso definiu o contexto de ascensão da teoria do movimento social contemporâneo dos Estados Unidos, associada a nomes como Charles Tilly, William Gamson, Douglas McAdam e Sidney Tarrow. Eles trataram os movimentos sociais não como uma reação irracional à mudança estrutural, mas como uma forma de ação política racional extraparlamentar. As queixas já não eram suficientes para explicar a ação coletiva; contestavam, mas dependiam de recursos – tanto econômicos e sociais como de uma eficaz estrutura de oportunidades políticas. Distanciando-se do foco de seus antecessores sobre a irracionalidade, eles, porém, compartilharam uma ambição: produzir uma teoria geral dos movimentos sociais a ser aplicada através do tempo e do espaço. Isso os levou a perder de vista o contexto específico, agora

reduzido a variáveis inertes. Não obstante, essas teorias gerais foram construídas com base em movimentos sociais específicos, sobretudo o movimento dos direitos civis e outros movimentos sociais da metade do século XX; no caso de Charles Tilly, todos os movimentos do século XIX que tomaram o Estado como seu objeto também foram incluídos. Sua variação foi transformada em uma demonstração de invariância universal.

Os teóricos dos movimentos sociais europeus, em especial Alain Touraine e seus alunos, tiveram uma abordagem diferente. Eles também fizeram objeção à ideia de que os movimentos sociais foram uma reação irracional às forças estruturais. Centrando-se no movimento estudantil francês da década de 1960 e também no movimento sindical chileno, no movimento de solidariedade polonês e nos movimentos antinucleares europeus, Touraine argumentou que todos esses movimentos refletiram um período específico, o do pós-industrialismo ou da sociedade programada, governado pela “historicidade”, que é uma “autoprodução” coletiva da sociedade. Ele deliberadamente rompeu com a teoria social clássica que descrevera a história em termos de leis naturais, o desenrolar de tais entidades metafísicas enquanto razão, progresso, racionalidade e desenvolvimento. “A sociedade costumava fazer parte da história; agora, a história é que faz parte das sociedades, e elas têm a capacidade de escolher sua organização, seus valores e seus processos de mudança, sem ter de legitimar tais escolhas, de modo a fazer as mesmas em conformidade com as leis naturais ou históricas” (TOURAINÉ, 1988, p. 40). Os novos movimentos sociais, portanto, foram muito diferentes dos movimentos impulsionados pela industrialização; os novos movimentos sociais, imersos em um mundo pós-materialista, tinham a história ao seu alcance. Nessa concepção, o papel do sociólogo era o de “conscientizar” os movimentos sociais e ajudá-los a forjar um mundo à sua própria imagem. Tal visão messiânica da sociedade, não surpreendentemente, cedeu lugar a uma volta pessimista nos últimos trabalhos de Touraine, culminando, mais recentemente, em *The end of society*. A importância resiliente da abordagem de Touraine consiste em posicionar os movimentos sociais no centro da Sociologia – uma Sociologia que é autoconsciente sobre seu lugar na história.

Hoje, já não vivemos (se é que já vivemos) em uma era da sociedade do pós-industrialismo programado, em que o Estado e a economia continham mútuas tendências predatórias, cada um submetido à influência de forças que emanavam da sociedade civil. Agora, nós vivemos em um mundo onde o Estado e a economia reforçam, reciprocamente, as tendências a ultrapassar sua própria esfera de influência e a ameaçar a sociedade civil. Em suma, vivemos na era do neoliberalismo, um termo polissêmico que pode significar muitas coisas para diferentes pessoas.

Para alguns, é uma ideologia, para outros, uma prática; para alguns, refere-se ao Estado, para outros, ao capital; para alguns, marca a retirada do Estado, ou *laissez faire*, para outros, marca um Estado regulador; para alguns, é uma forma de governamentalidade e seu individualismo correspondente, para outros, simplesmente o fim da sociedade.

Em vez de “neoliberalismo”, proponho elaborar e utilizar o termo “mercantilização”. Isso me permite, em primeiro lugar, comparar a época atual com períodos anteriores de “mercantilização” e, segundo, elucidar a experiência vivida incitando os movimentos sociais enquanto envolvidos em diferentes dimensões de mercantilização. Meu ponto de partida, portanto, não é nem Touraine ou Marx, nem Weber ou Durkheim, mas *A grande transformação*, de Karl Polanyi, que analisa a mercantilização do ponto de vista dos movimentos sociais que ela gera.

A MERCADORIA FICTÍCIA: DA MERCANTILIZAÇÃO À DESMERCANTILIZAÇÃO

As teses do papa sobre a desigualdade fazem lembrar *A grande transformação*, de Karl Polanyi. Publicado pela primeira vez em 1944, é uma avaliação abrasadora da ameaça representada pelo mercado superestendido para a sobrevivência da sociedade – uma ameaça tão grave que, sob pena de morte, iria incitar uma auto-defesa da sociedade. Para compreender a experiência vivida da mercantilização e a possibilidade de sua reversão, o conceito de Polanyi de “mercadoria fictícia” é especialmente útil¹⁰.

Ao repudiar a consideração de Marx de que a exploração é característica definidora do recurso experiencial do capitalismo, Polanyi enfoca o caráter destrutivo da mercantilização:

Permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e de seu ambiente natural, de fato, em uma mesma quantidade e utilização de poder de compra, resultaria na demolição da sociedade. Quanto à suposta mercadoria “força de trabalho”, não pode ser empurrada de lá para cá, usada de forma indiscriminada, ou até mesmo não ser utilizada, sem afetar também o indivíduo humano que ocorre ser o portador dessa mercadoria peculiar. Ao dispor da força de trabalho de um homem, o sistema iria dispor da entidade física, psicológica e moral “homem” ligada a essa identificação. Tirada a cobertura

10 Tal como o fundamentalismo de mercado não mostra sinais de diminuir, apesar da oposição, mais cientistas sociais começaram a abraçar a ideia de mercadorias fictícias de Polanyi. Consultar, por exemplo: Streeck (2014), Reich (2014) e Fraser (2013).

protetora das instituições culturais, os seres humanos morreriam pelos efeitos da exposição social; morreriam como vítimas do deslocamento social agudo da opinião, da perversão, do crime, e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos, bairros e paisagens profanadas, rios poluídos, a segurança militar comprometida, o poder de produzir alimentos e matérias-primas destruídas. Finalmente, a administração do poder de compra iria liquidar periodicamente empreendimentos comerciais, a escassez e a abundância provaria ser tão desastroso para os negócios como inundações e secas na sociedade primitiva. Sem dúvida, trabalho, terra e mercados monetários são essenciais para uma economia de mercado. Todavia, nenhuma sociedade poderia suportar os efeitos de tal sistema de ficções grosseiras, mesmo que por curto espaço de tempo, a menos que a sua substância humana e natural, bem como a sua organização empresarial estivesse protegida contra os estragos deste moinho satânico (POLANYI, 2001 [1944], p. 76-77).

Polanyi argumenta que o trabalho, a terra e o dinheiro – três fatores de produção – nunca foram destinados a serem comprados e vendidos, e sua mercantilização não regulamentada destrói sua característica “verdadeira” ou “essencial”. Ele presume que manteriam sua característica essencial até a sociedade pré-mercantil¹¹. Quando a força de trabalho é trocada sem proteção contra lesão ou doença, desemprego ou excesso laboral, salários abaixo da linha de substância, o trabalho que pode ser extraído rapidamente decai e caminha rumo à inutilidade. Da mesma maneira, quando a terra ou, mais amplamente, a natureza está sujeita à mercantilização, então ela não pode mais suprir as necessidades básicas da vida humana. Finalmente, quando o dinheiro é usado para criar dinheiro, por exemplo, por meio da especulação monetária, então, seu valor se torna tão incerto que já não pode ser utilizado como meio de troca, deixando as empresas de fora dos negócios e gerando crises econômicas.

Atualmente, temos de acrescentar uma quarta mercadoria fictícia – o conhecimento –, um fator de produção que não é apenas um ingrediente essencial da economia moderna, mas crucial para a produção dos outros três fatores (JESSOP, 2007). A tecnologia da informação transformou o processo de trabalho, de modo a fazer a venda da força de trabalho se tornar cada vez mais precária. Isso é central nas novas tecnologias financeiras da moda e nos recentes modelos de transfor-

11 Isto é o que Nancy Fraser (2012) chama leitura “ontológica” de caráter fictício, que ela rejeita a favor de uma leitura “estrutural”, em que o ato de troca destrói o valor de uso.

mação da natureza (por exemplo, em safras geneticamente geradas). Ao mesmo tempo, o conhecimento está também sujeito à mercantilização, pois sua produção e difusão estão cada vez mais organizadas em razão das necessidades de quem pode comprar, ainda que haja uma disseminação aberta. De forma significativa, a universidade, importante local de produção e disseminação de conhecimento, está cada vez mais orientada para o privado, em vez dos interesses públicos; do particular, em vez do geral; do imediato, em vez dos interesses futuros – distorção que faz do conhecimento uma mercadoria fictícia.

Como as mercadorias fictícias podem participar na moldagem da experiência de mercantilização que vivemos? Ainda que as mercadorias fictícias possam fornecer o elo entre a expansão do mercado e o movimento para restringi-lo, aquilo que Polanyi chama de *duplo movimento*, sua explicação acerca de como e por que isso acontece permanece ambígua. E como a mercantilização do trabalho, da terra, do dinheiro e do conhecimento contribui para os movimentos sociais?

Polanyi aponta que o próprio ato da troca viola a natureza essencial de terra, do dinheiro e do trabalho. É verdade que o tráfico de seres humanos ou o comércio de órgãos humanos pode despertar uma aversão que pode, por sua vez, desencadear movimentos sociais, mas eles não são susceptíveis de serem movimentos daqueles que são traficados ou que vendem seus órgãos. Em vez disso, os movimentos sociais podem ser uma resposta à perda de proteções contra a mercantilização, o que poderíamos denominar remercantilização – como quando os benefícios sociais são reduzidos, os sindicatos perdem licenças, as leis trabalhistas são violadas ou retiradas. No imaginário público, certas coisas não devem ser mercantilizadas.

Há, no entanto, outras formas de atribuir respostas para o movimento de mercantilização, distintas daquelas que envolvem o próprio processo de troca. Polanyi devotou pouca atenção aos processos pelos quais as entidades são transformadas em mercadorias, processos que desatam a mercadoria de sua cobertura social, que David Harvey (2003; 2005) tem chamado de acumulação por *espoliação*. Polanyi deu pouca atenção a essa gênese da mercantilização e, quando ele se atentou para isso, como no caso dos cercamentos, ele minimizou o papel da violência¹². A “acumulação primitiva” de Marx, originalmente, focou-se na espoliação de terras para a criação de uma força de trabalho dependente do trabalho assalariado. Hoje, a espoliação de camponeses é arquitetada para mercantilizar a terra, em vez de criar uma força de trabalho dependente, que se torna seu subproduto, engrossando

12 Polanyi escreveu sobre o colonialismo nesses termos, mas aqui ele talvez tenha enfatizado o papel da violência e da espoliação, faltando a importância da administração indireta e a criação de reservas de trabalho para subsidiar a reprodução do trabalho migrante.

as fileiras dos desempregados. Seja qual for o objetivo, a expropriação de terras tem gerado uma resistência bastante determinada.

De modo equivalente, a expropriação do conhecimento do artesão em busca da desqualificação (BRAVERMAN, 1974) tem gerado historicamente muitos protestos laborais. Hoje, no entanto, não é só a desqualificação do trabalhador que está em jogo, mas a apropriação e a mercantilização do produto, ou seja, o conhecimento em si. Na privatização de universidades, por exemplo, a espoliação envolve a transformação do conhecimento de bem público em ativo vendável. Isso implicou “corporatização” das universidades, dependentes de taxas estudantis cada vez maiores para credenciais de valores cada vez menores. Isso também é a fonte de diversos protestos.

Tabela 1. Mercadorias fictícias como fontes dos movimentos sociais.

	Ex-mercantilização	Mercantilização
Desigualdade	TRABALHO (precariedade)	DINHEIRO (dívida)
Espoliação	NATUREZA (destruição)	CONHECIMENTO (privatização)

Além da espoliação que produz a mercadoria, outra fonte de movimentos sociais é o crescimento da desigualdade resultante da mercantilização. Por exemplo, na venda da força de trabalho, a precariedade se tornou prática hegemônica entre a parcela dominante da população, tanto que Guy Standing (2011) argumenta que o precariado substituiu o proletariado. Liberar a mercantilização da força de trabalho leva: a multiplicar famílias nas quais ambos os cônjuges são obrigados a trabalhar fora; à mercantilização da reprodução da força de trabalho; e, finalmente, ao déficit de proteção (FRASER, 2013). A mercantilização da força de trabalho tem sido agravada pela mercantilização do dinheiro, fazendo dinheiro a partir de dinheiro, apostado em dívida. Como Fourcade e Healy (2013) argumentaram, débito e crédito tornaram-se características fundamentais da estratificação contemporânea, que, por sua vez, levaram a movimentos a favor do cancelamento da dívida.

A distinção entre espoliação que produz mercadoria e a desigualdade que resulta da mercantilização se relaciona com nossa distinção anterior entre exclusão e inclusão desigual. Polanyi estava preocupado com o processo de mercantilização e de sua regulamentação, a relação entre remercatilização e desmercantilização, mas se esqueceu da ex-mercantilização – a expulsão de entidades do mercado, entidades essas que antes eram formalmente mercadorias e que não o são mais¹³.

13 Alex Barnard desenvolveu esse conceito em seu estudo sobre *Freegans* (BARNARD, 2015), em que politiza a tendência do capitalismo de produzir resíduos – a ex-mercantilização de alimentos comestíveis.

A ex-mercantilização captura a ampla produção do desperdício – ideia de que há muitas coisas úteis que são expulsas do mercado, em seu detrimento. Em face de ex-mercantilização, a mercantilização pode ser uma perspectiva muito atraente.

Em relação ao *trabalho*, a fonte de precariedade é, de fato, a exclusão do mercado de trabalho. Como Joan Robinson disse há muito tempo, se não houver uma condição pior do que a exploração, não se está a ser explorado. Em muitos lugares, e cada vez mais em todo o mundo, há uma expansão de reservas de trabalho excedente, a ponto de tornar-se um privilégio ser explorado. Vastas populações são exiladas ou confinadas ao setor informal da economia, onde ganham a vida com dificuldade, entram em pequeno comércio ou produzem coisas para terceiros. Em relação à *natureza*, muitas vezes é normalmente a ausência do mercado o responsável por sua subvalorização. Como Nicholas Stern (2007) escreveu acerca das alterações climáticas, a natureza representa o maior fracasso do mercado; somos capazes de saquear a natureza porque ela tem valor de mercado insignificante. Em outras palavras, a natureza é destruída precisamente porque não é mercantilizada. Outros, como Neil Smith (2007) e Castree (2003; 2008), argumentam em sentido contrário, que é a incorporação da natureza em uma economia capitalista que a torna tão desperdiçável.

Bem diferente é o *conhecimento* e o *dinheiro* que a mercantilização leva não ao desperdício, mas à sua utilização distorcida – a produção de conhecimento é voltada para aqueles que podem pagar por ele, enquanto a produção de diferentes tipos de dinheiro é usada para criar lucro a partir de dívida. Aqui, a resposta tem sido esculpir espaços sociais e econômicos livres de mercantilização ou criar uma forma regulada de mercantilização. Assim, Michel Bauwens (2009) descreve a produção entre pares e sua luta para fontes comuns de conhecimentos em torno de *software* de livre acesso e controle da internet. Michel Lallement (2015) estudou grupos anarquistas de *hackers*, trabalhando em laboratórios de São Francisco de fabricação e experimentação de novas tecnologias de produção, como máquinas de 3D. Confrontado com a mercantilização do dinheiro, há muitos exemplos de recuo para formas de trocas, em que o dinheiro é meramente um símbolo de troca, ou o dinheiro é completamente abandonado em favor do escambo. Na Rússia pós-soviética, a rápida transição para o mercado e a desvalorização do Rublo levaram à criação de novas moedas locais e novas formas de troca (WOODRUFF, 1999). Isso não é ex-mercantilização, mas “antimercantilização”, isto é, um contramovimento limitado à mercantilização.

Para além das características de mercadorias fictícias, é importante examinar suas inter-relações em contextos históricos específicos. De fato, os movimentos sociais têm de ser entendidos não como uma reação à ex-mercantilização de uma

única mercadoria fictícia, mas como respostas à *articulação* da ex-mercantilização do trabalho, do dinheiro, da natureza e do conhecimento. Na sequência do trabalho de Ananya Roy (2010) e Hanieh (2013), a revolta árabe representa a interseção da precariedade do trabalho e do endividamento em razão das microfinanças; o movimento estudantil pode ser analisado em termos de precariedade do trabalho e da privatização da produção do conhecimento; os movimentos ambientalistas estão na interseção da destruição ou mercantilização da natureza e da precariedade do trabalho. Esse quadro de mercadorias fictícias não só fornece avaliação das forças motrizes destacadas nos protestos, mas elabora a linguagem dos próprios movimentos. Tanto o movimento *Occupy* quanto os Indignados estavam preocupados com a forma como o capital financeiro tem induzido à precariedade, à dívida, às execuções hipotecárias e à privatização do conhecimento. Na verdade, a retórica desses movimentos lança luz sobre a mercantilização contemporânea, em termos que lembram a crítica de mercadorias fictícias de Polanyi.

A articulação da ex-mercantilização de mercadorias fictícias pode ser usada para entender não apenas diferentes movimentos, em diferentes partes do mundo de hoje, mas também diferentes períodos históricos de mercantilização. O segundo passo, portanto, na reconstrução d'A *grande transformação* é discernir o caráter específico da mercantilização contemporânea, a chamada era do neoliberalismo.

A TERCEIRA ONDA DE MERCANTILIZAÇÃO E A PROBLEMÁTICA DO CONTRAMOVIMENTO

Na verdade, Polanyi presta pouca atenção nas mercadorias fictícias; estava mais preocupado em desenvolver sua história majestosa, a qual começa com o avanço da mercantilização, no final do século XIX, e termina na década de 1930, com um contramovimento que traz novas formas de regulação estatal – tanto aquelas em que as liberdades avançam, como o *New Deal* e a social-democracia, quanto aquelas em que as liberdades são restringidas, como o fascismo e o stalinismo. A dupla ameaça – de um lado, a sobrevivência da sociedade e, de outro, a liberdade devastada pela reação à destruição da sociedade – levou Polanyi a crer que a humanidade nunca mais experimentaria o fundamentalismo mercantil.

Nossa tese é a de que a idéia de um mercado auto-regulável implicava uma forte utopia. Tal instituição não poderia existir por qualquer período de tempo sem aniquilar a essência humana e natural da sociedade; isso teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto. Inevitavelmente, a sociedade tomou medidas para se proteger, mas qualquer medida que tenha

sido necessariamente tomada prejudicou a auto-regulação do mercado, a vida industrial desorganizada, e a sociedade, assim, colocada em perigo ainda que de outro modo (POLANYI, 2001 [1944], p. 3-4).

Polanyi estava errado. Começando em 1973, desenvolveu-se uma nova rodada de fundamentalismo de mercado que tinha enormes consequências para a história do capitalismo e a especificidade do período contemporâneo. A avaliação de Polanyi, até onde se entende, encaixa-se bem com a história de Piketty de renda e desigualdades de riquezas no século XIX e no início do século XX, seguido do declínio da desigualdade, depois de 1940. Escrita setenta anos mais tarde, a análise de Piketty complementa a de Polanyi, traçando crescente desigualdade, a partir da década de 1970, e extrapolando isso para o futuro, marcado por retornos do capital que continua a aumentar, enquanto as taxas de crescimento econômico permanecem estagnadas. Ele antecipa um retorno ao século XIX como uma vingança, a reafirmação daquilo que ele denomina “capitalismo patrimonial”, no qual os ricos e os super-ricos chafurdam em seus lucros crescentes. Significativamente, Piketty faz referência a Polanyi, mas nós temos que desenvolver uma resposta polanyiana para o cenário apocalíptico de Piketty – uma resposta que não invoca intervenção alguma de um estado utópico, como a de taxar fortuna, mas que considera as condições de possibilidade as quais Polanyi chamou de contramovimento. Precisamos enfrentar o desafio de Piketty com a reconstrução da teoria do contramovimento de Polanyi, à luz da história dos últimos setenta anos.

Ao reconhecer outra onda de mercantilização, que começa na década de 1970, leva-nos a questionar se o longo arco de mercantilização de Polanyi é tão singular como ele alega. Na verdade, olhando para trás, podem ser vistas três ondas, cada uma com seu associado, real ou (no caso da terceira onda) potencial contramovimento. Referindo-se à história inglesa – o foco principal da análise de Polanyi –, a primeira onda, pode-se dizer, começou no final do século XVIII, com a Lei Speenhamland, de 1795, que se tornou um obstáculo fundamental para o desenvolvimento de um mercado de trabalho nacional que só viria a se concretizar com a Nova Lei dos Pobres, de 1834. Em seguida, pressionado até seu limite, o mercado de trabalho gerou seu próprio contramovimento: “A abolição da Speenhamland era o verdadeiro aniversário da classe trabalhadora moderna, cujo imediato auto-interesse os destinava a tornarem-se os protetores da sociedade contra os perigos intrínsecos da civilização da máquina” (POLANYI, 2001 [1944], p. 105). Sobre a Nova Lei dos Pobres, Polanyi escreveu:

Em suma, se Speenhamland significou a decadência da imobilidade, agora o perigo era o de morte por meio da desproteção. No entanto, quase simultaneamente, a autoproteção do conjunto da sociedade começou a brotar por meio de: leis de fábrica e legislação social, e um movimento operário político e industrial brotou (POLANYI, 2001 [1944], p. 87)¹⁴.

O contramovimento girava em torno da formação de uma classe trabalhadora pelo movimento operário, cooperativas, sindicatos, pelo cartismo e pela formação de um partido político. Ainda que a agricultura inglesa estivesse sujeita a uma concorrência internacional com a revogação das leis do milho, em 1844, e a moeda nacional tenha sido objeto de regulamentação na Lei Bancária, de 1848, a mercadoria “força de trabalho fictícia” ainda era a força motriz desse período, dando origem a certos direitos trabalhistas, como a redução da duração da jornada de trabalho, a formação de sindicatos e da extensão do sufrágio.

A segunda onda da mercantilização começou após a Primeira Guerra Mundial, com uma ascensão renovada do mercado, que incluiu a remercantilização do trabalho e a abertura do livre comércio baseado no padrão-ouro. Isso funcionou muito bem para os países imperiais, como os EUA e o Reino Unido, mas para os países concorrentes, como a Itália e a Alemanha, as restrições referentes às rígidas taxas de câmbio resultaram em um declínio catastrófico da economia, e a inflação galopante os levou a romper com a economia internacional e a se transformarem em regimes reacionários da regulação do mercado. Isso repercutiu nos EUA e no resto da Europa com a depressão, que só foi contida pela intervenção estatal e a regulação do mercado; nesse caso, de caráter progressista. Com a derrota do fascismo, na Segunda Guerra Mundial, os regimes mais liberais prevaleceram. Mesmo na URSS havia certa liberalização, em 1950. No capitalismo avançado, esse período foi dominado pelo keynesianismo, pelo “liberalismo enraizado” na economia e pelo “fim da ideologia” na Sociologia, para ser abertamente destruído pela ascensão dos movimentos sociais na década de 1960.

A distinção entre a primeira e a segunda onda expõe o colapso de Estado e da sociedade de Polanyi como uma resposta singular e unificada ao fundamentalismo de mercado. A ascensão da sociedade civil foi o pano de fundo para o primeiro movimento contrário, ao passo que o Estado foi o sustentáculo do segundo

14 De acordo com Thompson (1963), a formação da classe trabalhadora inglesa foi um longo processo histórico que antecede a Nova Lei de Pobres, moldada por legados culturais e políticos. No entanto, o foco de Thompson é a fabricação da classe trabalhadora artesanal, enquanto o de Polanyi incide sobre a classe trabalhadora empregada na manufatura, sobretudo nas fábricas têxteis.

contramovimento. No segundo contramovimento, os direitos trabalhistas foram transcendidos por direitos sociais, como acesso ao seguro-desemprego, legislação do salário-mínimo e cuidados de saúde e educação. Esses direitos apareceram em todo o espectro político dos países e associados a diversas formas de regulação estatal.

A terceira onda, não prevista por Polanyi, começa em 1973, com a crise energética, posteriormente descrita como Consenso de Washington, a partir do grande impulso das administrações de Thatcher e Reagan, sob a forma de um novo ataque ao trabalho. Amíúde, tornou-se uma era do remercantilização do dinheiro, com o crescimento das finanças (KRIPPNER, 2011) e o aprofundamento da mercantilização da natureza – ar, terra e água. Essa mercantilização de terceira onda levou ao colapso do socialismo de Estado e, ao mesmo tempo, acelerou-o, na forma dramática do bloco soviético ou na versão evolutiva da China. Ajustes estruturais vieram na América Latina precisamente quando estava saindo das ditaduras, o que levou a experiências de democracia participativa. Ao passo que nos países centrais as ondas de mercantilização se sucederam ao longo de dois séculos, os países mais periféricos tiveram que enfrentar essas ondas em uma rápida sucessão, tornando-as ainda mais explosivas.

Houve reações nacionais à expansão do mercado – seja na forma de nacionalismo islâmico, seja nas sobras do socialismo na América Latina –, mas elas não puderam reverter a mercantilização da terceira onda, na medida em que esta exige uma resposta planetária ao alcance global do capital financeiro, e a catástrofe ambiental iminente que ameaça toda a Terra. Na verdade, o capital financeiro é a força por trás da precarização do trabalho – tanto a sua remercantilização e, correlativamente, sua ex-mercantilização (DÖRRE, 2012) –, bem como o aumento dos níveis de endividamento, e não apenas no plano indivíduo, mas também da comunidade, da cidade, do estado e até mesmo da região. O capital financeiro tem mercantilizado e impulsionado o conhecimento para a produção, e juntos eles têm incorporado a natureza como uma acumulação estratégica de capital (SMITH, 2007). O contramovimento terá de assumir um caráter global, expresso em termos de direitos humanos, já que a sobrevivência da espécie humana está em jogo.

Teriam os movimentos sociais contemporâneos, esboçados no início deste artigo, contribuído para um contramovimento polanyiano que poderia reverter a mercantilização? Em primeiro lugar, apesar de serem globalmente interligados e se influenciarem mutuamente, como eu disse, esses movimentos são formadas principalmente pelos terrenos políticos nacionais e têm dificuldade em construir uma solidariedade global. Em segundo lugar, mesmo que a mercantilização seja uma

experiência comum a impulsionar as populações subjugadas para a ação coletiva, não há qualquer razão para se acreditar que a criação de uma frente unida, ainda que no interior de um Estado-Nação, possa ser facilmente realizada. Em terceiro lugar, embora emergjam enquanto reações à mercantilização, esses movimentos também podem desencadear consequências não intencionais que estendam a mercantilização.

Para ilustrar o último ponto, tomemos o exemplo do movimento ambientalista. A organização de consumidores pró-reciclagem tornou-se um veículo com fins lucrativos, bem como desviou a atenção do enorme acúmulo de resíduos na esfera da produção (BARNARD, 2015; JAEGER, 2014). Enquanto a solução para a mudança climática for a criação de um mercado de carbono, ou seja, a compra do direito de poluir, novamente o resultado será a extensão do mercado com nenhuma diminuição evidente do aquecimento global. Da mesma forma, os movimentos trabalhistas são muitas vezes obrigados a aceitar os termos do mercado na luta contra a precariedade. Os protestos contra a privatização das universidades são dirigidos a limitar o aumento das taxas ou buscar alternativas de financiamento em empresas privadas, ou com a contratação de exércitos de instrutores adjuntos. Em todos esses casos, a luta para conter as consequências da mercantilização leva à extensão do mercado. Por outro lado, mesmo que esses movimentos sejam de âmbito nacional, fragmentados em seus interesses e profundamente mercantilizados, ainda assim, eles podem ajudar a chamar a atenção para a capacidade de destruição do mercado. Em um mundo onde os mercados são apresentados como a solução para todos os problemas, um desafio ideológico à supremacia do mercado é preliminarmente crucial para qualquer contramovimento eficaz.

A Figura 4 levanta a questão sobre onde exatamente estamos na curva de mercantilização da terceira onda. Os otimistas argumentam que a mercantilização da terceira onda já começou a se inverter e que já estamos escalando na direção do confinamento de mercantilização. Outros pensam que a mercantilização está longe de ser interrompida. Muitos, inclusive eu, pensaram que a crise econômica de 2008 e a reorganização do poder mundial ofereceram uma oportunidade para um contramovimento, mas isso se provou ilusório. Se a crise de 2008 conferiu energia renovada há algo, foi à mercantilização, impulsionada pelo capital financeiro, e à incapacidade de lidar com a degradação ambiental. Sendo esse o caso, que forma irá assumir a catástrofe ecológica? Provavelmente, não virá em uma única conflagração, mas por meio de uma sucessão de desastres que irão desproporcionalmente afetar as comunidades mais pobres. É possível que o movimento contrário ainda esteja no futuro distante, tal como também é possível que nunca haja um contramovimento.

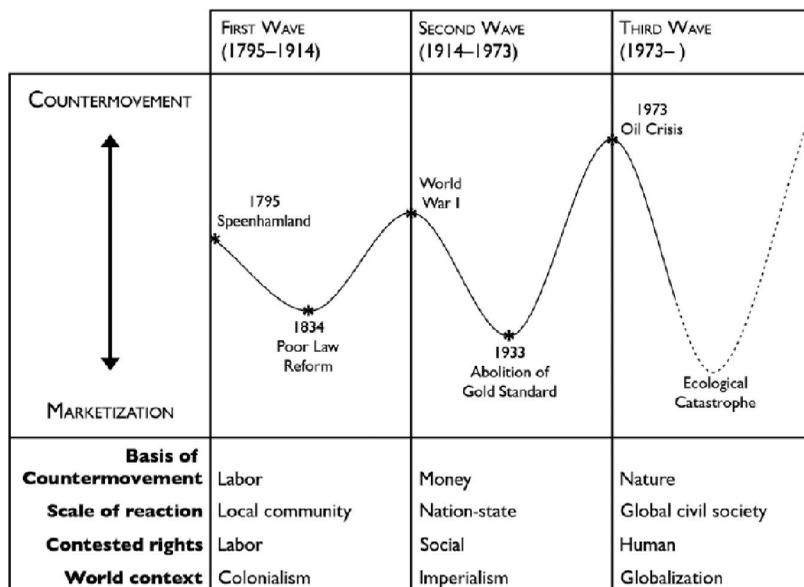


Figura 4. Ondas de mercantilização e seus contramovimentos.

A resposta polanyiana para a avaliação histórica de Piketty sobre a desigualdade agora é óbvia. Os dados de Piketty sobre a desigualdade, quer se referiram à riqueza, quer à renda, tratam o capital como um único conjunto, medido por seu valor de mercado. Sua análise perde as desigualdades específicas engendradas por diferentes capitais: as relações de insegurança em torno da mercantilização da força de trabalho, as relações de endividamento em torno da mercantilização do dinheiro e as relações de espoliação em torno da mercantilização da natureza e do conhecimento. Abstraindo a concretude dos capitais, Piketty ignora suas consequências para a criação da miséria, da marginalidade e da expropriação, bem como das crises econômicas e ecológicas.

A DINÂMICA DO CAPITALISMO: DO IDEALISMO À ECONOMIA POLÍTICA

Polanyi faz duas suposições errôneas: primeiro, que não haveria outra onda de mercantilização e, segundo, que o contramovimento seria inevitável. A única pergunta foi que forma este iria tomar, se iria expandir ou reduzir liberdades. Esses dois pressupostos têm uma fonte comum: a visão de Polanyi de que a mercantilização foi impulsionada por ideias e que, portanto, pode ser evitada pelo pensamento crítico¹⁵. Ainda que o leiamos como agnóstico a respeito do futuro, seu relato das origens da expansão do mercado sugere que esse tenha brotado da cabeça de econo-

15 Mark Blyth (2002) desenvolveu uma compreensão mais matizada acerca do lugar das ideias, em *As grandes transformações* – o afastamento do mercado, na década de 1930 e 1940, nos EUA e na Suécia, e a virada na direção do mercado nesses países, começando na década de 1970. A

mistas políticos ingleses, horrorizados com o bloqueio Speenhamland do mercado de trabalho. A firme utopia do credo liberal foi a força por trás de *laissez-faire*.

Em sua comparação entre as hegemonias mundiais da Grã-Bretanha e dos EUA, Silver e Arrighi (2003) questionam a avaliação idealista de Polanyi acerca da ascensão da mercantilização. Eles argumentam que o fundamentalismo de mercado do século XIX foi impulsionado pela posição da Grã-Bretanha na economia mundial, que o tornou o principal beneficiário do comércio livre, até ter sua hegemonia ameaçada pelas aspirações imperiais alemães e, mais tarde, dos EUA. A hegemonia dos EUA tinha uma base diferente, pois, ao contrário da Grã-Bretanha, não eram um império e foram, em grande parte, autossuficientes. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA construíram sua hegemonia sobre a regulamentação dos mercados por meio do padrão-ouro modificado (*Bretton Woods*), o Plano Marshall e os projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. O compromisso dos EUA com a ideologia de mercado foi mais retórica do que real, uma vez que se praticou o protecionismo no país. O declínio da hegemonia norte-americana foi marcada, como no caso da hegemonia britânica, pela ascensão dos EUA como um entreposto financeiro, atraindo investimentos do resto do mundo. A análise do declínio é mais complicada, uma vez que também envolveu os desafios do nacionalismo e do comunismo do lado de fora do mundo desenvolvido, mas possui a virtude importante de chamar a atenção para as forças materiais de trabalho por trás da ascensão e queda de mercantilização (ARRIGHI, 2003).

Nas considerações históricas de Arrighi (1994), é incorporada a teoria da dinâmica capitalista, de que as hegemonias mundiais são criadas em sucessão – holandesa, britânica e estadunidense –, por meio de processos de sobreacumulação, que levam à financeirização. Ele passa a especular que a China será a próxima hegemonia mundial, após a crise econômica mundial, que ameaça a hegemonia dos EUA (ARRIGHI, 2007). Nessa visão, a mercantilização enquanto financeirização termina por conta da recentralização da hegemonia política mundial e da reestruturação do capitalismo mundial.

Outra abordagem consiste em relacionar as diferentes ondas de mercantilização à reestruturação tecnológica do capitalismo. Utilizando dados da produção global, dos níveis de emprego, das taxas de lucro e da produtividade e desenvolvendo a ideia das ondas de Kondratieff, Ernest Mandel (1995) propôs cinco ondas: 1790-1850 com um ponto de mudança por volta de 1815; 1850-1890 com um ponto de mudança por

ideia de fundamentalismo de mercado desempenhou papel fundamental na forma como o capital respondeu à incerteza criada pela crise econômica.

volta de 1870; 1890-1940 com um ponto de mudança por volta de 1913; e 1940 até o presente com um ponto de mudança em torno de 1973. Cada onda tem um modo característico de acumulação ligado às novas tecnologias, com uma retomada da expansão econômica, seguida de uma desaceleração da contração. Esse último coincide com a expansão do mercado. Enquanto o esgotamento da retomada e a seguinte desaceleração é *endógena* ao capitalismo, o impulso para a expansão renovada é *exógena*, resultado de fatores subjetivos que incluem guerras, níveis de luta de classes e ideologias. Em outras palavras, enquanto a expansão do mercado, para resolver a crise da década de 1970, pode ter sido inevitável, não há nada inevitável acerca do contramovimento, mas, ao mesmo tempo, oferece uma visão mais realista das pressões por trás da mercantilização do que o idealismo de Polanyi supõe.

Quer se trate do idealismo de Polanyi, da exortação moral do papa ou da visão sombria do Piketty de aumento da desigualdade, todos os três deixam de considerar a dinâmica do capitalismo. Encontrar um economista que examina o poder de autoengrandecimento da riqueza não é menos surpreendente do que encontrar um papa condenando o capitalismo. Ainda assim, o tratamento que Piketty dá ao capital, como sendo um todo monolítico, não só faz perder de vista o poder de destruição das distintas formas de capital, mas também obscurece a forma com que a concorrência entre as diferentes frações da classe capitalista impulsiona a dinâmica do capitalismo. Ao longo de todas as suas importantes contribuições, a rejeição de Piketty à economia política limita seu diagnóstico sobre a catástrofe para a qual estamos caminhando. No entanto, a economia política também tem suas limitações, sendo prejudicada por seu foco produtivista e sua subestimação da experiência vivida da mercantilização. Ele precisa ser incorporado dentro de uma *Sociologia mundial* polanyiana.

OS DESAFIOS DA SOCIOLOGIA GLOBAL

Em *Conhecimento e interesses humanos*, Jürgen Habermas (1971) descreveu três modalidades de conhecimento – positivista, hermenêutico e crítico – e seus interesses correspondentes. Eu também vejo três maneiras de encarar um mundo desigual: examinar sua estrutura e dinâmica, compreender nosso lugar nele e expor e confrontar seus efeitos destrutivos. *A grande transformação*, de Karl Polanyi, tem sido meu companheiro constante nessa jornada.

A grande transformação nos leva através de dois séculos de história, ligando as microexperiências da mercantilização às políticas nacionais e economias globais.

Do ponto de vista da presente onda de mercantilização, no entanto, essa é uma avaliação falha, clamando por uma reconstrução. Para resumir:

- Reexaminar a história do ponto de vista do presente nos leva a substituir a onda singular de Polanyi de mercantilização por três ondas: a primeira no século XIX, a segunda no XX e a terceira, que ainda está em curso, estende-se ao século XXI.
- Ao examinar os contramovimentos de cada uma dessas três ondas, é importante distinguir os movimentos que se originam na sociedade civil daqueles que são impelidos pelo Estado. A fusão do Estado e da sociedade de Polanyi tem de ser substituída por uma relação mais complexa e variável entre Estado e sociedade civil.
- Hoje, qualquer contramovimento contra o fundamentalismo do mercado terá de assumir proporções globais, mesmo que seja formado a partir de questões nacionais e locais. Enquanto contramovimento, não é de maneira alguma inevitável. E, mesmo que eles ocorram, temos de reconhecer que eles podem assumir um caráter reacionário, bem como uma forma progressiva.
- A destrutividade do mercado pode ser entendida pela lente das mercadorias fictícias – a natureza, o trabalho e o dinheiro –, às quais deve ser adicionado o conhecimento. Essas mercantilizações devem ser entendidas em relação de um com o outro, e seu efeito, combinado na experiência vivida.
- Cada mercadoria fictícia cria sua própria forma de desigualdade com base na precariedade (para o trabalho), no endividamento (para o dinheiro) e na espoliação (para a natureza e o conhecimento).
- A produção dessas mercadorias fictícias requer aquilo que alguns denominam “desencaixe”, uma fraseologia benigna que esconde formas violentas de espoliação, tanto a violência cotidiana lenta quanto a catastrófica (NIXON, 2011).
- Ex-mercantilização é tão importante quanto mercantilização; produção de resíduos é tão importante quanto produção de valor de uso; protestar contra a exclusão do mercado pode ser tão importante quanto protestar contra a inclusão desigual.
- Ao estudar a possibilidade dos contramovimentos, devemos examinar as forças materiais que conduzem à mercantilização, decorrentes da dinâmica do próprio capitalismo.

- Somente ponderando todas essas considerações é possível perguntar se e quais movimentos sociais de hoje contribuem, intencionalmente ou não, para o avanço da mercantilização ou para sua reversão.

Ao reconstruir *A grande transformação* dessa maneira, o risco de uma falsa universalização do ponto de vista do observador vem à mente. Não obstante seu tratamento do colonialismo, o ponto de vista de Polanyi era definitivamente o do Ocidente. Redistribuir e expandir a noção de mercadorias fictícias, reconhecendo a interdependência entre mercantilização e ex-mercantilização, pode lançar luz sobre os movimentos sociais, em todos os cantos do globo. Ainda assim, pode a sucessão de ondas de mercantilização ser mantida na América Latina, na Ásia e no Oriente Médio? É possível desenvolver uma perspectiva polanyiana do Sul ou essa é irrevogavelmente europeia?

Como a Sociologia tem se tornado mais inclusiva, o orientalismo tem sido descartado em favor de uma Sociologia global que dialoga com diversas experiências. Não podemos continuar a projetar o particular – sejam os EUA ou a França, quer se trate de homens, quer de colonizadores – como o universal. Tampouco podemos cair em um pântano de particularismos desconectados. Sociologia global tem de ser construída sobre um diálogo entre os particularismos, especialmente particularismos evocados por movimentos sociais, mas não só. Assim, a Sociologia precisa ouvir os movimentos sociais, mas também dar voz aos excluídos.

Por isso mesmo, uma Sociologia global não só tem que ser uma Sociologia *da* sociedade, mas também uma Sociologia *na* sociedade, reconhecendo o lugar do sociólogo enquanto cientista, dentro de um contexto planetário. Todavia, os sociólogos não têm só um lugar no planeta, mas também na história. A sucessão de ondas deu origem a uma sucessão de sociologias – com base na comunidade, centradas no Estado e no global. O estudo dos movimentos sociais tem também sua historicidade. As teorias dos movimentos sociais atuais são herança do passado, refletem os anos de 1960 e 1970 – período de expansão capitalista decorrente das administrações estatais do mercado. O contexto da mercantilização da terceira onda exige uma teoria diferente dos movimentos sociais como intérpretes do momento e propagadores de alternativas, o que Erik Wright (2010) chama de “utopias reais”.

Os sociólogos são desafidores de Jano, simultaneamente participantes da sociedade e observadores dela. Nenhuma dessas faces pode ser ignorada. A afirmação de tal reflexividade não é para demonstrar a incapacidade da ciência, mas para aprimorar seu próprio desenvolvimento, para, assim, movermo-nos rumo

ao verdadeiro, ao invés do falso universalismo. Chegar a um acordo acerca do *estar* no mundo é especialmente desafiador, em um momento em que a própria produção de conhecimento, incluindo o conhecimento sociológico, está sujeita às forças de racionalização e mercantilização. Não podemos mais fingir estarmos fora da sociedade, quando a sociedade está invadindo nossas vidas acadêmicas. Nós podemos ser cúmplices de nossa própria mercantilização, vender nossos produtos pelo maior lance, ou podemos unir forças com os públicos que sofrem um destino semelhante.

Existem, portanto, três desafios para a Sociologia global. Se o primeiro desafio é compor uma Sociologia *da* sociedade e o segundo é a construção de uma sociologia *na* sociedade, o terceiro desafio é construir uma sociologia *para* a sociedade, defendendo o próprio objeto – a sociedade civil –, que foi a fundação original da Sociologia. De fato, a Sociologia surgiu com a sociedade civil, na segunda metade do século XIX, como uma resposta à mercantilização da primeira onda. Ao longo de sua história, a Sociologia assumiu o ponto de vista da sociedade civil contra o fundamentalismo de mercado. Isso era tão verdadeiro não só em Marx, Weber e Durkheim, mas, também, em Parsons, Wallerstein, Touraine e Bourdieu. No entanto, seria um erro limitar-se à sociedade civil, uma vez que existe um mundo abaixo dela, expulso do mercado. É um mundo habitado pelos excluídos, que foi por diversas vezes teorizado pelo feminismo, pela teoria do *queer*, pela teoria da crítica racial e, mais explicitamente, pelos estudos subalternos (CHATTERJEE, 2004). Enquanto a Sociologia se preocupa com o modo como a mercantilização de terceira onda cria exclusão e inclusão desigual, a economia convencional e a ciência política cada vez mais convencional – não obstante seus dissidentes – alimentaram as ideologias que justificam a mercantilização de terceira onda e de seus estados colaboradores.

Ao refletir sobre os dilemas que enfrentam as Ciências Sociais, a Comissão Gulbenkian (1996), presidida por Immanuel Wallerstein, pediu a dissolução das fronteiras disciplinares. Elas são um legado da divisão anacrônica do século XIX, do Estado, da economia e da sociedade civil. Tendo visto o borramento das divisões, no século XX, hoje voltamos ao século XIX. Se houvesse uma Ciência Social singular, ela seria dominada pela Economia e pela Ciência Política, e a Sociologia iria simplesmente desaparecer, em conjunto com suas perspectivas críticas¹⁶. Portanto, o futuro da Sociologia repousa em tais disciplinas vizinhas como Antro-

16 Marion Fourcade e seus colaboradores mostraram o quão poderosa é a profissão dos economistas, ao observar seu alcance global, a coerência interna e seu senso de “superioridade”. Sobre isso, consultar: Fourcade (2006) e Fourcade et al. (2013).

pologia e Geografia Humana, ao mapear a expansão destrutiva dos mercados. A Sociologia não é contra mercados em si, mas contra sua superextensão. Como o papa Francisco decretou, o ponto é controlar os mercados, ao invés de sermos controlados por eles.

Se tanto o chefe da Igreja Católica quanto os principais economistas estão indo na direção da Sociologia, devemos devolver o elogio demarcando uma reivindicação maior para nós mesmos, como uma disciplina crítica e como uma intervenção na sociedade. A Sociologia está singularmente posicionada para enfrentar o mundo desigual: em primeiro lugar, para compreender a desigualdade e suas múltiplas formas de intersecção; em segundo lugar, para reconhecer que somos uma parte viva dessas desigualdades, juntamente com movimentos sociais; e, terceiro, para perceber que, apesar de todas as nossas diferenças, nossos destinos como sociólogos estão intimamente ligados ao destino da humanidade.

AGRADECIMENTOS

Este artigo ondula na confluência de quatro rios. O primeiro são minhas viagens pelo planeta, representando a ISA, em lugares distantes. Durante os quatro anos de minha presidência, visitei cerca de quarenta e cinco países, muito mais que uma vez, sempre à procura de movimentos sociais e sociólogos para preencher as páginas do *Global Dialogue*. Aqueles que tão generosamente cederam seu tempo e hospitalidade são numerosos demais para mencionar, mas, ainda assim, gostaria de agradecer a meus amigos na África do Sul, especialmente Karl von Holdt, Eddie Webster, Jackie Cock, Michelle Williams, Vish Sitgar, Tina Uys, Peter Alexander e Ari Sitas. Além da África do Sul, devo muito a Sari Hanafi, Nandini Sundar, Ching Kwan Lee, Mona Abaza, Ruy Braga, Marta Soler, Ramon Flecha, Sujata Patel, César Rodríguez-Garavito, Elena Zdravomyslova, Shen Yuan, Huw Beynon, Emma Porio, Manuel Antonio Garretón, Oriana Bernasconi, Daniel Bertaux, Rahman Embong, Chin-Chun Yi, Michael Hsiao, Fernanda Beigel, Ishwar Modi e Margaret Abraham. Todos me ajudaram a elaborar ideias sobre a relação entre capitalismo e movimentos sociais. O segundo rio, que às vezes se transformou em uma torrente, é o contingente de estudantes de Berkeley que se tornaram meus professores: Marcel Paret, Adam Reich, Mike Levien, Siri Colom, Laleh Behbehanian, Abigail Andrews, Elise Herrala, Fidan Elcioglu, Julia Chuang, Herbert Docena, Nazanin Shahrokni, Andrew Jaeger, Lina Hu, Emily Brissette, Zach Levenson, Gabe Hetland e Alex Barnard. Seus trabalhos inspiraram muito este artigo. Shannon Ikebe e Shelly Steward forneceram a tão necessária assis-

tência para a pesquisa. Um terceiro e mais calmo rio trouxe-me amigos fiéis, como Erik Wright e Peter Evans, que sempre estiveram de plantão para me ajudar em tempos cruciais. Enfim, nenhum presidente da ISA pode deixar de reconhecer o incrível trabalho da Secretaria Madrid e, em particular, seu guia e inspiração, Izabela Barlinska, a realizadora de milagres, que participou da ISA comigo por vinte e sete anos. Ao longo dos meus quatro anos na presidência e, na verdade, nos últimos quatro anos como vice-presidente, ela foi fonte constante de apoio e sugestões sábias. No final, Eloísa Martín, editora da *Current Sociology*, e um revisor anônimo ajudaram-me a preparar o *artigo* para a publicação.

FINANCIAMENTO

Esta pesquisa não recebeu o auxílio de qualquer agência de financiamento específica do setor público, comercial ou de outros setores sem fins lucrativos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABAZA, M. Post January revolution Cairo: urban wars and the reshaping of public space. *Theory, Culture and Society*, forthcoming.
- AGARWALA, R. *Informal labor, formal politics, and dignified discontent in India*. New York: Cambridge University Press, 2013.
- ALEXANDER, P.; LEKGOWA, T.; MMOPE, B. et al. *Marikana: voices from South Africa's Mining Massacre*. Johannesburg: Jacana Media, 2013.
- ARRIGHI, G. *The long twentieth century*. London: Verso, 1994.
- _____. The social and political economy of global turbulence. *New Left Review* 20, p. 5-71, 2003.
- _____. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. London: Verso, 2007.
- BARNARD, A. *Waving the Banana at capitalism: freegans and the politics of waste in New York City*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.
- BAUMAN, Z. *Liquid modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BAUWENS, M. Class and capital in peer production. *Capital and Class*, v. 97, p. 121-141, 2009.
- BAYAT, A. *Life as politics: how ordinary people change the middle east*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2013.
- BENSKI, T.; LANGMAN, L.; PERUGORRÍA, I.; TEJERINA, B. (Ed.). From indignation to occupation: a new wave of global mobilization. *Current Sociology*, Monograph 2, v. 61, n. 4, 2013.

- BLYTH, M. *Great transformations: economic ideas and institutional change in the twentieth century*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- BOLTANSKI, L. *On critique: a Sociology of emancipation*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- BRAVERMAN, H. *Labor and monopoly capital*. New York: Monthly Review Press, 1974.
- CASTELLS, M. *Networks of outrage and hope*. Cambridge: Polity Press, 2012.
- CASTREE, N. Commodifying what nature? *Progress in Human Geography*, v. 27, n. 3, p. 273-297, 2003.
- . Neoliberalizing nature: The logics of deregulation and reregulation. *Environment and Planning A*, v. 40, n. 1, p. 131-152, 2008.
- CHATTERJEE, P. *The politics of the governed*. New York: Columbia University Press, 2004.
- CHUANG, J. China's rural land politics: Bureaucratic absorption and the muting of rightful resistance. *The China Quarterly*, v. 219, p. 649-669, September 2014.
- CHUN, J. *Organizing at the margins: the symbolic politics of labor in South Korea and the United States*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2009.
- COX, L.; NILSEN, A. G. *We Make our own history*. London: Pluto Press, 2014.
- DÖRRE, K. Social classes in the process of capitalist *Landnahme*: On the relevance of secondary exploitation. *Socialist Studies*, v. 6, n. 2, p. 43-74, 2010.
- . Finance capitalism, Landnahme and discriminating precariousness: Relevance for a new social critique. *Social Change Review*, v. 10, n. 2, p. 125-151, 2012.
- FOMINAYA, C. F. *Social movements and globalization*. London: Palgrave Macmillan, 2014.
- FOURCADE, M. The construction of a global profession: the transnationalization of economics. *American Journal of Sociology*, v. 112, n. 1, p. 145-195, 2006.
- FOURCADE, M.; HEALY, K. Classification situations: life chances in neoliberal society. *Accounting, Organizations and Society*, v. 38, p. 559-572, 2013.
- FOURCADE, M.; OLLION, E.; ALGAN, Y. The superiority of economists. *Journal of Economic Perspectives*.
- FRANCIS. *Apostolic exhortation*. Rome: Vatican Press, 2013.
- FRASER, N. Can society be commodities all the way down? *Working Paper Series*, Fondation Maison des Sciences de L'Homme, Paris, n. 18, 2012.
- . A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi. *New Left Review*, v. 81, p. 119-133, 2013.
- GALBRAITH, J. K. *Inequality and instability: a study of the world economy just before the great crisis*. New York: Oxford University Press, 2012.
- GRINBERG, L. L. Why occupy? Comparing global-local political processes in 2011: Tunisia, Egypt, Chile and Israel. In: ISA WORLD CONGRESS, 18. *Unpublished manuscript...* Yokohama, 2014.

- GULBENKIAN COMMISSION. *Open the Social Sciences*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1996.
- HABERMAS, J. *Knowledge and human interests*. Boston: Beacon Press, 1971.
- HANIEH, A. *Lineages of revolt*. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- HARVEY, D. *The new imperialism*. New York: Oxford University Press, 2003.
- . *A brief history of neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.
- . *Spaces of global capitalism*. London: Verso Books, 2006.
- HASEGAWA, K. The Fukushima nuclear accident and Japan's civil society: context, relations, and policy impacts. *International Sociology*, v. 29, n. 4, p. 283-301, 2014.
- HETLAND G.; GOODWIN, J. The strange disappearance of capitalism from social movement studies. In: BARKER, C.; COX, L.; KRINSKY, J.; NILSEN, A. G. (Ed.). *Marxism and social movements*. Chicago: Haymarket Books, 2013. p. 83-102.
- ISHCHENKO, V. Ukraine's fractures. *New Left Review*, v. 87, p. 7-33, 2014.
- JAEGER, A. *Sorting out environmental politics: the riddle of recycling*. Berkeley: MA Paper, Department of Sociology, University of California, 2014.
- JESSOP, B. Knowledge as a fictitious commodity: insights and limits of a Polanyian perspective. In: BUĞRA, A.; AĞARTAN, K. (Ed.). *Reading Karl Polanyi for the Twenty-first Century*. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 115-134.
- KRIPPNER, G. *Capitalizing on crisis: the political origins of the rise of finance*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- LALLEMENT, M. *L'âge du faire: hacking, travail, anarchie*. Paris: Seuil, 2015.
- LEVIEN, M. The politics of dispossession: theorizing India's "land wars". *Politics and Society*, v. 41, n. 3, p. 351-394, 2013.
- MANDEL, E. *Long waves of capitalist development*. London: Verso, 1995.
- MARGINSON, S.; ORDORIKA, I. "El central volume de la Fuerza": global hegemony in higher education and research. In: RHOTEN, D.; CALHOUN, C. (Ed.). *Knowledge matters: the public mission of the research university*. New York: Columbia University Press, 2011. p. 67-129.
- MASON, P. *Why it's still kicking off everywhere*. London: Verso, 2013.
- MILKMAN, R.; OTT, E. (Ed.). *New labor in New York: precarious workers and the future of the labor movement*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2014.
- MILKMAN, R.; BLOOM, J.; NARRO, V. (Ed.). *Working for justice: the L. A. model of organizing and advocacy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2010.
- NIXON, R. *Slow violence and the environmentalism of the poor*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2011.
- PIKETTY, T. *Capital in the Twenty-first Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014.

- PLEYERS, G. *Alter-globalization: becoming actors in the Global Age*. Cambridge: Polity Press, 2010.
- POLANYI, K. *The great transformation: the political and economic origins of our time*. Boston: Beacon Press, 2001 [1944].
- PLATT, J. *A brief history of the ISA: 1948-1997*. Madrid: International Sociological Association, 1998.
- REICH, A. *Selling our souls: the commodification of Hospital Care in the United States*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2014.
- ROY, A. *Poverty capital: microfinance and the making of development*. New York: Routledge, 2010.
- SEN, A. *Inequality reexamined*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- SILVER, B.; ARRIGHI, G. Polanyi's "double movement": the *belle époques* of British and U. S. hegemony compared. *Politics and Society*, v. 31, n. 2, p. 325-355, 2003.
- SMELSER, N. *Social change in the Industrial Revolution: an application of theory to the British Cotton Industry*. Chicago: University of Chicago Press, 1959.
- . *Theory of collective behavior*. New York: Free Press, 1962.
- SMITH, N. Nature as accumulation strategy. *Socialist Register*, v. 43, p. 16-36, 2007.
- STANDING, G. *The precariat: the new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic, 2011.
- STERN, N. *The economics of climate change: the Stern Review*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- STIGLITZ, J. E. *The price of inequality: how today's divided society endangers our future*. New York: Norton, 2012.
- STRECK, W. How will capitalism end? *New Left Review*, v. 87, p. 35-66, 2014.
- THOMPSON, E. P. *The making of the English working class*. London: Victor Gollancz, 1963.
- TOURNAINE, A. *Return of the actor: social theory in postindustrial society*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- WOODRUFF, D. *Money unmade: barter and the fate of Russian capitalism*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1999.
- WRIGHT, E. O. *Envisioning real utopias*. London: Verso, 2010.